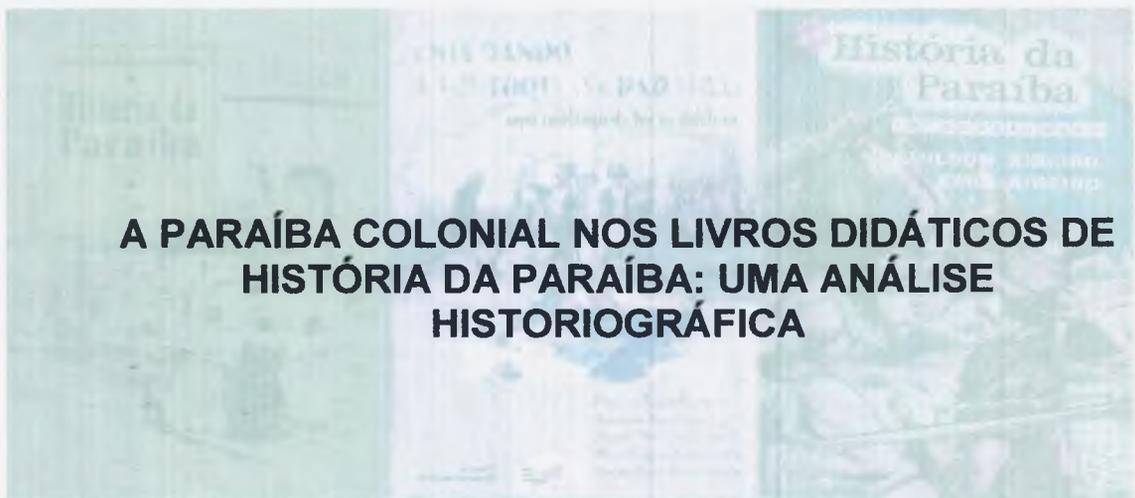




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA**



**A PARAÍBA COLONIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE
HISTORIOGRÁFICA**

Jahelina de Almeida Silva

**Campina Grande – PB
2006**

Jahelina de Almeida Silva

**A Paraíba Colonial nos livros didáticos de história da
Paraíba: uma análise historiográfica**

Monografia apresentada como exigência para a conclusão do curso de Especialização em Historiografia e Ensino de História pela UFCG, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa.

Campina Grande – PB
2006

A Paraíba Colonial nos livros didáticos de história da Paraíba: uma
análise historiográfica

Jahelina de Almeida Silva

Monografia aprovada em: ____/____/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa
Orientador (____)

Profº Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Examinador (____)

Profº Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Examinador (____)



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

À minha filha Ísis Sofhia

Essa é mais uma etapa que se "encerra" na minha vida de estudante- profissional, um passo a mais para chegar... e por isso devo agradecer:

A Deus por ter permitido que tudo tenha saído bem durante esses quase dois anos de curso.

Aos meus pais (Edileuza e Jurandir) que me deram todo apoio, inclusive o financeiro. E a Hênio, que mesmo ausente se fez presente.

A você Fábio Gutemberg, que apesar das nossas personalidades, foi um excelente orientador, e isso só contribuiu para que pudéssemos estar concluindo esse trabalho hoje.

As minhas amigas Gilma D'Arc e Telma, e alguns e algumas colegas que consegui conquistar ao longo do curso, que me apoiaram lendo os meus trabalhos e me escutando falar da monografia.

A todos, obrigada.

Resumo

A Paraíba Colonial nos livros didáticos de história da Paraíba: uma análise historiográfica.

Autora: JAHELINA DE ALMEIDA SILVA

Orientador: Prof. Dr. FÁBIO GUTEMBERG RAMOS BEZERRA DE SOUSA

Examinadores: Prof Dr. ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA
Prof. Dr. IRANILSON BURITI DE OLIVEIRA

O livro didático é o objeto central do nosso trabalho. Assim fizemos análise de alguns destes materiais didáticos sobre a história da Paraíba e do Brasil. Analisamos livros didáticos de história da Paraíba, que foram publicados entre as décadas de 1990 e 2000, neste buscamos perceber as versões ou representações que os autores e autora nos apresentam sobre a Paraíba no período colonial, tomando como parâmetro as suas influências teórico-metodológicas e o contexto no qual estava inserido. No entanto para melhor organizar as discussões, montamos uma pequena história do livro didático no Brasil e também deste no tocante a História da Paraíba, para assim podermos iniciar nossa conversa sobre estes últimos e sua versões sobre a Paraíba colonial. Seguimos a pesquisa fazendo análise, agora os objetos deixam de ser os livros didáticos da história da Paraíba e passam a ser os de história do Brasil, que foram selecionados por serem trabalhados nas séries iniciais do Ensino Médio, tendo sua publicação entre as décadas de 1980 e 2000, e nestes analisamos também o período colonial e as versões que os autores e autoras nos trazem. Em seguida fazemos uma análise comparativa de conteúdos que são ou não trabalhados em comum no mesmo período, e assim perceber se há ou não hiatos entre os conteúdos de História da Paraíba e do Brasil em relação ao período colonial, que é trabalhado no Ensino Médio.

Palavras-chave: LIVRO DIDÁTICO, ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA, CONTEÚDO.

SUMÁRIO

Introdução.....	07
1. Uma História do Livro Didático de História.....	09
2. Estudando a História da Paraíba, História da Paraíba em Quadrinhos e História da Paraíba: Uma análise historiográfica das representações sobre a Paraíba Colonial.....	24
3. História do Brasil X História Local: uma comparação de conteúdos.....	51
Considerações Finais.....	73
Bibliografia.....	76
Anexos.....	81

INTRODUÇÃO

A idéia de trabalhar com o livro didático de história surgiu ainda na disciplina de Prática Pedagógica, quando cursava Licenciatura em História, na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Mas foi a partir de questionamentos e algumas interrogações sobre os conteúdos da disciplina de História da Paraíba que surgiu o interesse de pesquisar sobre essa temática. No entanto, não sabia muito o que pesquisar, apenas sabia ou possuía inquietações. Porém, quando houve as inscrições para o curso de Especialização em Historiografia e Ensino de História, na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, organizei um projeto sobre o que se deve, ou não, estudar em história da Paraíba. Com este projeto fui aprovada; todavia, foi preciso realizar algumas modificações no projeto original, alguns ajustes nos objetivos, organizar melhor as discussões, definir mais claramente as fontes e materiais a serem pesquisados, etc.

Escolhido o livro didático como objeto de pesquisa traçamos alguns objetivos que se transformaram nos capítulos deste trabalho. Depois de escolhido o objeto de estudo, foi preciso fazer o recorte temporal para, assim, darmos início ao trabalho de análise das fontes/obras, uma vez que esse é o objetivo central da pesquisa: analisar e comparar os conteúdos trabalhados nos livros e manuais didáticos de história da Paraíba e do Brasil sobre o período colonial. Esse período histórico foi escolhido por ser pouco pesquisado, se comparado aos períodos imperial e republicano, especialmente no que diz respeito à história da Paraíba.

Para realizar esta análise nos detivemos a pesquisas bibliográficas e releitura de algumas obras, no intuito de investigar e perceber quais os conteúdos trabalhados nas obras escolhidas, a perspectiva teórico-metodológica de cada autor (a) na escrita ou produção dos seus textos e a influência do contexto no qual estavam inseridos quando da produção das suas obras.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, intitulado “Uma História do Livro Didático de História”, encontra-se um histórico do livro didático de história, podemos assim dizer. Iniciamos as discussões a partir da criação do IHGB, que é também quando se inicia a construção da história do Brasil como nação, até chegarmos aos dias atuais (2006), mostrando a trajetória do livro didático, tentando apresentar as modificações que foram ocorrendo com esse famoso “personagem” do

ensino de história; isso é feito para situar melhor as discussões sobre o livro didático de história da Paraíba, nosso objeto de estudo.

No segundo capítulo, “Estudando a História da Paraíba, História da Paraíba em Quadrinhos e História da Paraíba: uma análise historiográfica das representações sobre a Paraíba colonial”, iniciamos com algumas informações sobre o livro didático de história da Paraíba, até mesmo por que nesse capítulo faremos a análise de algumas obras referentes à história da Paraíba, como o próprio título denuncia, mostrando a influência teórico-metodológica, assim como também o contexto no qual os autores estão inseridos e como estes dois aspectos foram essenciais na escrita dos seus textos sobre a Paraíba colonial.

No terceiro e último capítulo, “História do Brasil X História Local: uma comparação de conteúdos”, trabalhamos também com o livro didático, só que incluímos alguns de história do Brasil e, no decorrer do capítulo, fazemos a apresentação de cada um deles, mostrando sua estrutura, organização e a fundamentação teórica; em seguida, desenvolvemos a análise dos temas trabalhados sobre o Brasil colonial (América portuguesa) para, por fim, fazermos uma análise comparativa entre os conteúdos de história da Paraíba e do Brasil, como o sub-título sugere. Neste capítulo ainda procuramos comentar o que há de diferente e de comum na escolha dos conteúdos trabalhados nas obras de história do Brasil e de Paraíba.

1. UMA HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Escrever sobre o livro didático, material que há muito vem sendo utilizado pelos professores nas salas de aulas, não é tarefa fácil. O livro didático como material a ser analisado já tem uma certa tradição. O interesse por este material já foi e é tema de vários artigos e debates, o que demonstra, como afirma Bittencourt (2004), “que ele é um objeto de ‘múltiplas facetas’”, podendo ser analisado sob vários ângulos.

Entre os vários e possíveis ângulos, percorremos o seu histórico, mostrando a trajetória do livro didático de história, paralelo à formação da disciplina história. Algumas vezes essas histórias se confundem, pois uma está ligada a outra de maneira muito próxima.

O livro didático de história (no caso a história do Brasil) será analisado para que assim possamos adentrar e chegar aos livros de história local, recorte escolhido para ser trabalhado, em especial os que têm a história da Paraíba como objeto.

No que diz respeito aos livros didáticos de história da Paraíba, constatamos a existência de poucos, haja vista as reclamações dos profissionais, sejam das escolas públicas ou particulares de Campina Grande, como podemos observar em entrevistas realizadas pelo projeto de pesquisa “O Livro Didático de História da Paraíba: Um Problema e seus Desafios”¹. No entanto, deixaremos essa discussão para ser realizada mais adiante.

Para tal análise, recortamos um período da história da Paraíba: o colonial. Período este que foi escolhido para ser trabalhado na presente monografia por ser um período da história paraibana que é pouco pesquisado e sobre o qual há uma escassez de trabalhos com objetivos didáticos.

É seguindo alguns dos critérios utilizados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), pelo projeto acima mencionado e alguns outros sugeridos pelo coordenador do mesmo, que será realizada esta análise.

¹ Projeto financiado pelo CNPq/ FAPESQ. Coordenado pelo professor Fábio Gutemberg R. B. Sousa. Tal projeto tem como objetivo principal analisar livros referentes à história da Paraíba nas últimas três décadas. Partindo desse ponto, analisaremos (no segundo capítulo) três desses livros didáticos: *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*, organizado por Eliete Gurjão e Damião Lima, *História da Paraíba em quadrinhos*, uma versão da história da Paraíba produzida por Emilson e Emir Ribeiro e *História da Paraíba: lutas e resistências*, escrito por José Octávio.

Para fundamentar a nossa análise, utilizaremos autores e autoras como Bittencourt, Faversoni, Calissi, Selva Fonseca, Thaís Nívea Fonseca, Kazumi Munakata, José Rivair Macedo, Baldissera, entre outros pesquisadores do assunto.

Para principiar esta narrativa, será preciso esclarecer que no decorrer do texto serão percorridas, paralelamente, a história do ensino de história e a história do livro didático, facilitando assim a compreensão do direcionamento desta análise sobre o livro didático.

É a partir do que afirmam Chartier e Roche (1995) sobre o livro, que introduziremos as discussões a respeito do nosso objeto. Conforme esses autores, “para a história do livro, os progressos do método quantitativo implicaram novas perspectivas. A medida instalou-se nessas duas maneiras de abordar o impresso: como mercadoria (...) e como signo cultural, suporte de um sentido transmitido (...) pelo texto”. (op. cit., p. 99).

Assim, considerando a segunda assertiva, vemos que o livro pode e deve ser trabalhado na perspectiva de uma fonte de múltiplas e possíveis leituras.

Para Bittencourt (2003),

Os livros didáticos, (são) os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da “tradição escolar” de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. Trata-se de objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso, é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros. (op.cit., p. 299)

De acordo com Faversoni (2001), o livro didático “ocupa um lugar central no que se refere ao que seja o ensino de história...” (op. cit., p. 11), sendo muitas vezes a única fonte disponível para trabalhar a história na sala de aula. E esse lugar central lhe concede um certo poder, no tocante à seleção de conteúdos escolares e também na forma de mostrar/retratar a história.

Objeto de difícil definição, para Bittencourt (2003), por ser complexo e ter perpassado por muitas interferências, mas que para Marcos Silva, pode ser definido como

material preparado especialmente para o ensino, associado a séries e programas fixos. Tende à uniformização dos temas e explicitações, justificadas em nome de critérios psicopedagógicos, inovando topicamente, em especial, no campo gráfico – quadrinhos, fotografias, diferentes tipos e cores. Durante muito tempo foi culpabilizado pelos problemas gerais do ensino de história, atitude que negligenciava outras responsabilidades – muitos de seus autores são docentes universitários altamente graduados, por exemplo. Atualmente **criticá-lo** exige levar em conta os quadros gerais

da produção do conhecimento histórico, entendendo, ainda, que qualquer livro, desde que adequado a públicos e objetivos específicos de aprendizagem, pode ser considerado didático (op. cit., p. 86).

É a partir dessa definição, escolhida dentre tantas outras possíveis do livro didático, que iniciaremos nossa conversa acerca do objeto de estudo do presente texto: o livro didático.

Para falar/escrever sobre esse famoso “personagem-acompanhante” da história dos professores, iremos passear um pouco por sua história.

A educação, ou melhor, a história da disciplina de história tem início no Brasil com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Acreditamos que esse seja um ponto importante na construção da nossa história, pois é a partir desse momento que irá haver uma preocupação institucionalizada de formar ou criar uma identidade nacional, formada através da elite, como bem coloca Thaís Fonseca (2003):

[...] Do século XIX até a década de 30 do século XX essas elites colocaram a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação. (...) Não por acaso desta questão ocupou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, em sua missão de elaborar uma história nacional e difundi-la por meio da educação, mais precisamente por meio do ensino de História.(...) Uma vez produzida, essa história deveria ser conhecida por todos e a melhor maneira de fazê-lo seria pela escola. Do IHGB ela passaria diretamente às salas de aulas por meio dos programas curriculares e dos manuais didáticos, em geral escritos pelos próprios sócios do Instituto. (op. cit., p. 46)

É a partir da criação do Instituto e nesse contexto que se cria a disciplina História, no país. Ou seja, partiu-se de uma preocupação com a construção da idéia de nação para assim dar início à construção da história do que mais tarde viria ser a história do Brasil. Assim, partiremos desse momento da história até os dias atuais nas discussões sobre a disciplina e o livro didático de história.

Segundo a autora, é com a criação do Colégio Pedro II, em 1837, que ocorre a inauguração em seus programas curriculares do ensino de história nas suas oito séries; isso em 1838. Esse colégio serviu como referência no quesito currículo, para o ensino secundário, onde se estudava “(...) a partir das duas últimas décadas do oitocentos as histórias Antiga, da Idade Média, Moderna e Contemporânea (que passaram a conformar a História Geral e depois a História Universal”. (FONSECA, 2003, p. 48).

O livro didático nesse período tem influência direta dos sócios intelectuais do Instituto. No tocante a sua produção, o conhecimento que circulava entre eles era exposto nos livros produzidos para o ensino secundário; estes eram adotados por muitas escolas do Brasil. Thaís Fonseca (2003) nos cita um exemplo desse fato com o livro *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, mostrando o quanto esse foi importante na difusão dos conhecimentos através do livro didático, assim como também para a fundação ou construção do que hoje conhecemos como a disciplina História.

[...] sócio ativo do IHGB durante décadas e autor de um dos livros didáticos de maior sucesso, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX. (...), sobretudo, contribuiu para a constituição da História como disciplina escolar no Brasil, definindo métodos e procedimentos para se 'colher em pouco tempo importantes resultados'. A partir daí (...) o ensino de história apresentaria a marca da preocupação com os métodos, delineando-se mais claramente o seu perfil como disciplina escolar [...] (op. cit., p. 49-50).

Essa forma de conceber a história não vai sofrer fortes alterações por um certo período. Mesmo com o advento da República não foi perceptível a mudança no ensino da história, o que houve, segundo Thais Fonseca (2003), foi uma "(...) preocupação mais evidente com os métodos empregados". Procurando mostrar aos alunos e professores qual a melhor forma e recursos para se conseguir alcançar os resultados esperados "(...) em função dos objetivos definidos para o ensino de história" (op. cit., p. 50).

Isso porque, segundo nos informa Thaís Fonseca para alguns autores, de livro didático como Jonathas Serrano, (que seria um dos compiladores de programas curriculares), a história seria uma grande aliada na formação da alma "de um cidadão adaptado à ordem social e política vigente" (FONSECA, 2003:50). Rocha Pombo concorda com ele quando afirma que é preciso desenvolver no jovem o gosto pela história para que assim ele possa vir a ser/ter um "espírito de povo". E esse espírito de povo que se queria desenvolver nos jovens é reflexo do tipo de história vivenciada, que envolvia as discussões naquele momento; a história nacional, notadamente influenciada pela história da ex-metrópole, Portugal.

Essa história, que foi elaborada pela elite brasileira através do IHGB, e que foi levada a ser conhecida pelos alunos através do Colégio Pedro II e de livros escritos por pessoas vinculadas ao IHGB, faz da escola e da disciplina história uma ponte para o que foi elaborado para a construção de uma unidade nacional dentro de uma

diversidade. Foi assim que se tentou homogeneizar a história da nação e construir no povo uma identidade, um sentimento de nação, e nada poderia ser melhor do que começar por ensinar história, disciplina esta que ajudou a cristalizar, digamos assim, essa idéia de nação, de um povo, que passaria a se denominar brasileiro.

Ainda segundo Thaís Fonseca (2001), vemos que nos fins do século XIX, quando se tentou desprender a história sagrada da profana, e iniciaram-se as discussões sobre história nacional, ascende a disciplina escolar “Instrução Moral e Cívica”. Essa seria usada em conjunto com a disciplina história para robustecer o patriotismo na população. Esse sentimento seria passado através do estudo biográfico, que teria mais ênfase após a Primeira Guerra Mundial, onde se lutava pela “nacionalização” dos estudos de História nas escolas brasileiras” (op. cit.p.50) e isso foi crescendo, se intensificando à medida que as condições favoreciam.

Esse fato seria percebido de forma acentuada com as reformas do sistema de ensino entre as décadas de 30 e 40 do século XX, “[...] que promoveram a centralização das políticas educacionais e colocaram o ensino de História no centro das propostas de formação da unidade nacional, consolidando-a, definitivamente como disciplina escolar”. (FONSECA, 2003, p. 52)

Para Bittencourt (2003),

A década de 1930 (...) representa um momento importante de mudanças educacionais, começando pela Reforma de Francisco Campos, de 1930, que tornou obrigatório o ensino secundário para que se pudesse ingressar nos cursos superiores, acarretou o crescimento desse nível de ensino. (op.cit., p. 195)

No entanto, vemos, com base em dados cedidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)²

que essa trajetória tem início em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) que, de imediato, não sai do papel. Só em 1934, quando Gustavo Capanema torna-se ministro da Educação do governo do presidente Getúlio Vargas, o INL recebe suas primeiras atribuições: a edição de obras literárias para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e de um dicionário nacionais e a expansão do número de bibliotecas públicas.

Essas mudanças acima referidas trariam variações para a disciplina história e para a educação como um todo no país, através delas passaríamos a possuir

² Para maiores informações consulte o site do Ministério da Educação e Cultura – MEC. www.mec.gov.br

“programas curriculares estruturados, com definição de conteúdos, indicação e prioridades, orientação quanto aos procedimentos didáticos e a indicação de livros e de manuais”.(FONSECA, 2003, p. 52).

A contribuição da Reforma de 1931, Reforma Francisco Campos, através do Ministério de Educação e Saúde Pública, recém criado, se deu também com a definição de programas e instruções sobre métodos de ensino. Passando assim o poder de elaboração autônomo dos programas, das instituições escolares para o Ministério, o que implicou em uma “unificação de conteúdos e de metodologias, em detrimento de interesses regionais” (op. cit., p. 52). Foi essa reforma que instituiu como “instrumento central da educação política” estudar história, sendo esta pautada nas biografias e episódios considerados importantes para a história pátria.

No entanto, essa reforma não agradou aos professores, porque mesmo que a História tenha sido definida como central, a História do Brasil foi reduzida em conteúdo e carga horária. Mas isso muda com a Reforma Gustavo Capanema, ocorrida em 1942, em que teremos o restabelecimento da autonomia da disciplina História do Brasil, confirmando como “seu objetivo fundamental a formação moral e patriótica [...]” (FONSECA, 2003, p. 53).

Nos fins da década de 1930, segundo Baldissera (1994), houve uma preocupação, digamos formal, instituída por lei, com o livro didático ou, como o próprio autor sugere, com o que podia ser entendido como tal, que é apresentado pela primeira vez em 30 de dezembro de 1933, com o Decreto-Lei nº 1006.

Artigo 2º, P 1º: Compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes nos programas escolares; [...] (BALDISSERA, 1994, p.17).

E sob esse mesmo decreto, de acordo com Baldissera, foi criada também uma Comissão Nacional do Livro Didática (CNLD), formada primeiramente por sete membros, que eram indicados pela Presidência, para tratar da produção, do controle e da circulação do livro didático.

Essa preocupação aparece porque após a Revolução de 30, segundo Abud (1997), ocorre a “reorganização do Ministério da Educação (...), o então Ministro da Educação do Governo Provisório, Francisco Campos, comandou uma profunda modificação do sistema educacional” (op. cit., p. 32), desembocando nessas mudanças e na existência de um órgão responsável pela elaboração do livro

didático. Ou poderíamos dizer que essas são as primeiras preocupações com este material, através da criação de uma comissão para produção do livro didático, preocupações essas em razão do controle político e ideológico e não tomando como ponto central a função didática deste material, como nos afirma Baldissera.

Passados onze anos (1934/1945), quando Gustavo Capanema deixa o MEC, não estavam concluídos o dicionário nem a enciclopédia que faziam parte do projeto, mas as bibliotecas cresceram para além do Rio de Janeiro e de São Paulo, graças à oferta de acervo oferecido pelo Governo Federal³.

No início da década de 1950 houve, através do Ministério da Educação, algumas modificações nos programas para o ensino de história, uma “redistribuição da seriação dos conteúdos para os cursos ginásial e colegial” (FONSECA, 2003, p. 55). O Colégio D. Pedro II teve uma efetiva participação. Mesmo depois das reformas era ele quem ditava/direcionava o sistema educacional no país, servindo de base para os demais colégios públicos e privados. Nessa década, pode-se ver que não houve grandes mudanças em relação ao ensino de história, continuava ainda enredado em práticas tradicionais. Isso pode ser confirmado a partir de uma análise dos livros didáticos ou outras fontes utilizadas pelos alunos que frequentavam a escola nesse período, como sugere Thaís Fonseca.

No período sombrio de nossa história, que foi o Regime Militar, instalado em 1964, a situação do ensino se manteve regular; no entanto, houve algumas alterações, apesar da História ensinada continuar sendo a tradicional, de datas e nomes, deu-se uma ênfase nos fatos políticos e em biografias “dos brasileiros célebres’, entre os quais agora figuravam os principais personagens do novo regime” (FONSECA, 2003, p. 56).

A partir de 1964 a história ensinada nas escolas vai ser mais direcionada, vigiada, coordenada,

[...] combinada com medidas e restrições à formação e à atuação dos professores e com uma redefinição dos objetivos da educação, sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, no sentido de exercer o controle ideológico e eliminar qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário. Vista dessa forma, a História tradicional adequava-se aos interesses do Estado autoritário [...] (FONSECA, 2003, p. 56)

³ Mais informações ver: LORENZONI, Ionice. *Livro didático: 75 anos de História*. 27-02-2004.

Teremos, nesse momento da história do ensino, toda uma preocupação com as disciplinas que estimulavam o civismo: “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira”, para o ensino fundamental e médio, eram disciplinas obrigatórias e tinham objetivo moralizador e ideológico. A disciplina história nesse período era apresentada como Estudos Sociais; a história agora ensinada era trabalhada apenas para “conhecer” e não criticar fatos, haja vista que esse não era o objetivo da disciplina história, pois o seu programa estava sendo elaborado pelo Ministério da Educação e distribuído por meio das Secretarias Estaduais, como nos afirma Thaís Fonseca.

Portanto, podemos perceber a influência que é atribuída ao professor e o papel central que exerce no ensino-aprendizagem, como também o material didático utilizado, em especial o livro didático:

[...] seriam geralmente marcados pelo autoritarismo, pela concentração do poder e do saber na figura do professor e da autoridade do livro didático (...). A História Geral que era trabalhada seguia a divisão quadripartite e a História do Brasil as divisões de Brasil Colônia, Império e República, desenvolvidas em sala a partir de fatos relacionados à história política, pois teria um determinado significado. (FONSECA, 2003, p. 58)

Em 1966 temos a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted), no governo Castelo Branco, com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Isso como reflexo do momento pelo qual estava se passando.

Vemos que a produção do livro didático é seguida pelos governos militares no pós-64, que incentivaram a indústria editorial brasileira sob várias formas:

[...] Em primeiro lugar, puseram fim ao projeto do governo Jânio Quadros /João Goulart, visando à padronização do livro didático, além de concentrar sua produção e distribuição nas mãos do Ministério da Educação [...] (FONSECA, 1995, p. 137)

Há também a isenção de impostos para fabricação e distribuição do livro didático, entre outros relacionados à indústria editorial.

Na década de 1970, há na educação a influência norte-americana. O país entra na era do tecnicismo, e isso vai acarretar modificações no modelo de livro didático utilizado. Agora seria preciso “(...) acompanhar os novos tempos da vida nacional e, especificamente, adequar-se à nova estrutura técnico-pedagógica e administrativa (por assim dizer) do currículo”. (BALDISSERA, 1994, p. 20). É no

período de 1970 – 80 que, segundo o autor, os livros serão revistos e reeditados; há uma forte produção das editoras e lançamento dos mesmos, com novos autores.

Segundo Selva Fonseca (1995), na década de 70

Houve uma adoção em massa de livros didáticos, incentivada pelo Estado e pela indústria editorial brasileira, em plena expansão, através dos incentivos estatais. O livro didático assumiu assim, a forma do currículo e do saber nas nossas escolas de 1º e 2º graus (op. cit., p. 137).

No ano de 1971, teremos a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), que passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), ao assumir as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros, até então sob a responsabilidade da COLTED - Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático. Teremos, na década de 1970, exatamente no ano de 1976, A Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), que torna-se responsável pela execução dos programas do livro didático.

Ainda sobre o livro didático no período militar, Miranda e Luca (2004) nos informam que

Sob o período militar, a questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados — 1966, 1971 e 1976 —, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas conseqüências, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indelévels no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio [...]. (op. cit., p. 3).

Os livros didáticos já tinham uma ampla utilização, seja como material didático, como foi exposto, ou como mercadoria lucrativa. Anteriormente à Lei nº 5.692/71 havia toda uma organização dos programas, que eram, digamos, padronizados, e havia também a padronização do livro didático. É a partir dessa lei, segundo Baldissera (1994), “que tem início um processo de revisão daquele recurso didático - o livro”. (op. cit., p. 19).

Há no final dos anos de 1970 uma crise do regime militar, um processo de redemocratização e o começo de um novo tempo para a realidade brasileira, o que favoreceu as mudanças no ensino, que serão percebidas na década de 1980, inicialmente em alguns Estados brasileiros, com novas propostas pedagógicas e metodológicas.

O que se percebe na década de 1980 é um ascender do espírito crítico do magistério e isso está associado ao contexto, ou seja, ao colapso do regime militar e à abertura política que se vive no início dessa década; isso de maneira mais acentuada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, como afirmam Miranda e Luca (2004):

A partir da década de 1980, na conjuntura da reconstrução democrática, algumas tímidas ações no âmbito da Fundação de Assistência ao Estudante tangenciaram a discussão acerca dos problemas presentes nos livros didáticos distribuídos no território nacional. Esse movimento coincidiu com importantes debates a respeito dos programas oficiais de História, levados a efeito, sobretudo — mas não exclusivamente — nos estados de Minas Gerais e São Paulo (op. cit., p. 4).

Em meio a essa passagem, dos fins dos anos 70 e início de 80, ocorre o repensar do ensino de história que será refletido na produção do livro didático. Este será agora produzido sob a ótica da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que passa a incorporar o Plidef. Para Selva Fonseca (1995), o

[...] repensar do ensino é acompanhado por um processo de mudanças nas relações entre o conjunto da Indústria Cultural e as instituições educacionais produtoras de conhecimento. A indústria passa a participar ativamente do debate acadêmico, adequando e renovando os materiais, aliando-se aos setores intelectuais que cada vez mais dependem da mídia para se estabelecerem na carreira acadêmica (op. cit., p. 142-3)

Sabemos que não é apenas sob o prisma mercadológico que o livro irá aparecer nesse momento; contudo, é o que está em maior destaque, é sua relação com o mundo da indústria, é sua face de mercadoria e não de objeto ou material didático. Há uma ênfase na produção mercadológica do livro didático nesse período, como pode ser observado.

Vemos assim que o livro deixa de ser apenas um material didático, que é utilizado para produção de uma ideologia, para ensinar como ser cidadão, patriota. A partir de agora ele tem um outro significado, pode ter uma outra leitura; passa a ser uma mercadoria lucrativa⁴, pois, como bem afirma Rosa Corrêa, "(...) o livro didático

4 Sobre Livro didático como mercadoria, ver: CHARTIER & ROCHE. O livro uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Histórias: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 99-115. BITTNCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTNCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 69-90. MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, pp.271-295.

é (...) texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico (...) (CORRÊA apud LAJOLLO e ZILBERMAN, 2000, p.12)”, pois é preciso ser constantemente atualizado, tentando acompanhar as discussões que estão sendo realizadas dentro da academia.

Como nos afirma Selva Fonseca, “(...) através da ampliação dos campos temático e documental, ao mesmo tempo (...) começam a ser publicadas experiências alternativas no ensino de História, o mercado editorial aponta também para as novidades”.(op. cit.,1995, p. 1444)

Ainda sobre a influência editorial nos livros didáticos, Baldissera (1994) assegura que entre o período de 1971-1988 “(...) antigos livros didáticos foram revistos e reeditados, intensificando-se a produção editorial e lançando-se ao mercado uma ampla oferta de obras de novos autores”. (op. cit., p. 20)

A instituição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, ocorre em substituição ao Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef). Miranda e Luca (2004) nos fornecem informações significativas sobre este órgão, bastante importante quando o assunto é livro didático e sua produção:

Marco na política em relação aos materiais didáticos foi a criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático — PNLD. A partir desse momento, progressivamente foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas componentes do currículo escolar e o programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha. Cabe destacar, contudo, em relação a esse aspecto, a existência de pontos de estrangulamento derivados, sobretudo, da segmentação formal entre o MEC — instância de planejamento e normatização do programa — e o FNDE — braço administrativo e executor das ações que envolvem o processo de escolha, compra e distribuição das obras. Tais problemas, que remontam à origem do programa em sua versão atual, ainda hoje carecem de equacionamento sistemático e se apresentam como um desafio a ser enfrentado pelos gestores das políticas públicas. (op. cit., p. 4).

Conforme Thaís Fonseca (2003), é nesse contexto da década de 80 que muitos professores estruturam seus próprios currículos, ou seja, os professores fazem-nos, monta-os

Organizando currículos de História por meio da produção de livros didáticos, muitas delas [editoras paulistas] acabaram na prática, adotando modelos curriculares elaborados em outras cidades ou estados. Entre eles, o preferido parece ter sido o de Minas Gerais (...). Mesmo que não ocorresse uma adoção literal do programa mineiro, seus princípios básicos serviam de orientação às novas coleções, como a integração entre as histórias do Brasil e Geral, a organização dos conteúdos pela cronologia dos modos de produção (das comunidades primitivas ao modo de

produção capitalista), ou o uso de conceitos e expressões próprias do marxismo. (op. cit., p. 60)

A autora também corrobora que o programa curricular de Minas Gerais teria sido considerado “como uma síntese das expectativas de um ensino de História democrático e participativo” (FONSECA, 2003, p. 61) e isso acarretou modificações também no meio editorial, pois buscava-se agora autores de livros didáticos que

[...] perpassassem novos materiais consoantes com o novo programa (...). O novo programa foi apresentado como a realização do desejo de uma história... mais crítica, dinâmica, participativa, acabando, assim, com a História linear, mecanicista, etapista, positivista, factual e heróica. (op. cit., 61-2).

A respeito do currículo de Minas Gerais, Munakata (2003) nos revela uma outra possibilidade de leitura. Para ele,

É muito mais certo afirmar que o currículo mineiro não fez mais que expressar e oficializar uma certa tendência que crescia na passagem dos anos 70 para os 80 entre uma nova geração de autores, que se lançaram à produção de livros didáticos de História não apenas para desenvolver seus projetos educacionais, mas concebendo esses mesmos projetos como forma de combater o regime militar.[...] (op. cit., p. 281)

A preocupação com o conteúdo do livro didático é intensificada na década de 1990. Percebemos isso com a criação, em 1993, pelo Ministério da Educação, de comissão de especialistas encarregada de avaliar a qualidade dos livros mais solicitados pelos professores e de estabelecer critérios gerais de avaliação. E, no ano de 1994, quando ocorre a Publicação do documento Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos.

De acordo com Thaís Fonseca (2003),

[...] (é) a partir de meados da década de 90, que os programas curriculares e os livros didáticos incorporassem as tendências da historiografia contemporânea, como foi o caso da história das mentalidades e da história do cotidiano, ainda hoje predominantes quando se fala em inovação no ensino de História. (...) Um movimento assim capitaneado, tendo material didático de qualidade razoável à disposição dos professores, acabou por expandir a demanda por um ensino de História que não mais privilegiasse os fatos políticos singulares, os grandes nomes e a cronologia linear e que também não tivesse como alicerce uma análise essencialmente econômica do processo histórico (op. cit., p. 66-67).

Observa-se, assim, que, nessa década, a história das mentalidades e do cotidiano é vista como inovação no ensino de história, e as editoras davam subsídios

a essa “inovação” através do lançamento de livros didáticos e paradidáticos que trabalhassem com esse tipo de história. No entanto, esse movimento não se deu por acaso, mas ocorreu em consonância com as políticas educacionais que deslanchavam e, “(...) sobretudo no que toca à criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD ⁵) e do sistema de compras de livros, pelos governos federais e estaduais.(...)” (FONSECA, 2003, p. 67).

O PNLD na década de 90, foi um olhar mais rigoroso do MEC, que recaiu sobre os livros didáticos. Isso ocorreu devido à presença constante de erros conceituais, ausência de informações essenciais à formação dos alunos, preconceito, falta de qualidade gráfica, entre outros. Daí criou-se um grupo, em 1995, para que se estabelecessem parâmetros criteriosos para a avaliação do livro didático.

Entretanto, foi apenas em 1996 — portanto num cenário político não mais caracterizado pela presença de um Estado autoritário, que se iniciou efetivamente a avaliação pedagógica dos livros didáticos, processo marcado por tensões, críticas e confrontos de interesses. Desde então, estipulou-se que a aquisição de obras didáticas com verbas públicas para distribuição em território nacional estaria sujeita à inscrição e avaliação prévias, segundo regras estipuladas em edital próprio. De um PNLD a outro, os referidos critérios foram aprimorados por intermédio da incorporação sistemática de múltiplos olhares, leituras e críticas interpostas ao programa e aos parâmetros de avaliação. (MIRANDA & LUCA, 2004, p. 5).

Essa avaliação influencia na produção editorial, haja vista que há critérios elencados para tal, e estes são traduzidos na melhoria da qualidade e quantidades dos livros didáticos que são aprovados pelo PNLD, que, de acordo com Bittencourt (2004), devido os investimentos realizados pelas políticas públicas nos últimos anos, o transformaram no maior programa de livro didático do mundo.

No ano de 1997, ocorre a Extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e a permuta do que era antes realizado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Nos anos de 1990, a educação passa por reformas curriculares que fornecerão subsídios, como os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, para a pretensa mudança na educação. A elaboração dos PCNs acontece em fins da

⁵ Ver: PNLD 2005 – *Guia de Livros Didáticos para a Primeira Fase do Ensino Fundamental*, documento que define as bases para a avaliação dos livros didáticos de história para o ensino fundamental.

década de 90, em 1999, e resulta da parceria do MEC com o Governo Federal, que elaboram e lançam uma coleção de livros que formam os PCNs. Estes servirão para ajudar a guiar o ensino de história, visto que interferem de certa maneira na condução do ensino e também na produção dos materiais didáticos, principalmente os livros didáticos, “que são os verdadeiros guias de trabalho para muitos professores”. (NAPOLITANO, 2003, p. 179)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados nos fins da década de 1990, e como coloca Thais Fonseca (2003), “são (...) diretrizes de caráter orientador, não-obrigatórias, mas que têm se apresentado cada vez mais fortemente como norteadoras das ações nos ensino fundamental e médio“. Têm também funcionado como “‘programa curricular’ para o ensino de História e definidor da estrutura dos livros didáticos (...)” (op. cit., p. 68), que ao serem produzidos levam em consideração as diretrizes dos PCNs e os critérios utilizados pelo PNLD na sua avaliação, ou seja, estes parecem estar funcionando em um de seus objetivos, que é o de contribuir para uma melhoria nos materiais didáticos disponibilizados pelo governo.

Chegando a 2000, teremos algumas inovações a respeito da distribuição do livro didático, posto que a sua produção continua vinculada aos critérios dos PCNs e do PNLD. Em 2004, o Ministério da Educação cria o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), que começa a distribuir, no ano de 2006, livros para todos os alunos matriculados no Ensino Médio das escolas públicas, e isso nos faz perceber pequenas mudanças; digamos assim, melhoras na educação, relativas ao Ensino Médio, nas escolas públicas.

Enfim, o livro didático desde a sua instituição como material informativo e formativo passou por mudanças e algumas melhoras, mas não perdeu o status ou o poder que exerce como material importante para a difusão do conhecimento escolar. Só mesmo recentemente alguns professores ousam, com ajuda de materiais como o PCNs e também com incentivo de programas como o PNLD, destituí-lo do trono e usá-lo, ou pelo menos vê-lo, como uma entre tantas outras possibilidades de material para ser utilizado em sala de aula. Mas há resistências, por parte dos alunos e professores, o que torna difícil desconstruir ou deslocar, fazer mudanças nesse lugar/papel assumido pelo livro didático.

Depois de percorrer os caminhos do livro didático de história, nos deteremos nas próximas páginas a trabalhá-lo sob a perspectiva da História da Paraíba, analisando os conteúdos de alguns deles referentes ao período colonial.

2. ESTUDANDO A HISTÓRIA DA PARAÍBA, HISTÓRIA DA PARAÍBA EM QUADRINHOS E HISTÓRIA DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A PARAÍBA COLONIAL.

2.1. O Livro Didático de História da Paraíba

No intuito de situar o leitor sobre o livro didático de história da Paraíba, objeto das nossas discussões, faremos um pequeno comentário a respeito dele. Isso depois de ter percorrido a história do livro didático no Brasil no capítulo anterior. Elencaremos, assim, algumas das obras lançadas entre os anos 1970 e 2003, ano em que tivemos o lançamento da última obra de História da Paraíba com fins didáticos, ou voltadas para o público em geral.

Dentre estes livros, alguns serão analisados no intuito de perceber os objetivos que pretendiam atingir quando foram escritos e publicados entre as décadas de 1990 e 2000, e também perceber a concepção teórico-metodológica que os informam. O que não nos impede de fazer um resumo das publicações referentes à Paraíba, como já foi colocado anteriormente, partindo de Carmem Freire em *História da Paraíba (para uso didático)* indo até 2003, com *História da Paraíba em quadrinhos*, de Emir e Emilson Ribeiro.

Foi a partir da dúvida e de questionamentos sobre o momento em que foram escritos os primeiros materiais didáticos sobre a Paraíba que procuramos compreender o porquê deles terem sido publicados exatamente na década de 1970.

Com base em leituras de autoras como Thaís Nívea Fonseca (2003) e Selva Guimarães Fonseca (1995), entre outros, e dos escritos do capítulo anterior – “Uma História do livro didático de História” - faremos algumas observações a respeito da década de 1970, sendo esta a época do lançamento dos primeiros materiais didáticos de História da Paraíba.

Sabemos que é só a partir da década de 1940 que o ensino de história do Brasil se torna disciplina autônoma; antes ela era conectada à história universal, não havendo muita ênfase para história nacional. Todavia, esse panorama na educação brasileira foi mudando, como vimos no capítulo anterior. Aqui nos interessa enfatizar como estava o ensino na década de 1970, já que nela foram apresentadas as primeiras obras de história da Paraíba. E de acordo com Selva Fonseca (1995),

O ensino de história (...) nos anos 70, norteou-se basicamente pelas Diretrizes da Reforma Educacional de 1971(...) A reforma de 1971 estabeleceu uma nova organização curricular, definiu uma concepção de matéria, área de estudo, disciplina e atividade e traçou uma doutrina norteadora dos programas de ensino, os objetivos e os mínimos de conteúdos desejáveis em cada disciplina, área e atividade de estudo. (op. cit. p. 53)

É ainda Selva Fonseca quem nos fornece uma informação importante acerca dos conteúdos de história ensinados nas escolas, e nos diz que eles

[...] são planejados e sistematizados pelos órgãos governamentais e suas equipes de profissionais especialmente formados para este fim. O ensino de história passa a ser objeto de controle dos Conselhos e a discussão mantém-se basicamente limitada aos programas de ensino elaborados pelas Secretarias de Educação e aos livros didáticos escritos à semelhança dos programas adotados em grande escala. (op. cit. p. 55)

E isso nos dá uma direção de como eram organizados ou escolhidos os conteúdos que deveriam ser trabalhados nas escolas. Possivelmente advêm dessas escolhas a opção de escrever ou estudar sobre a história local, que surge nesse momento.

Sabemos que a década de 1970 é a década do tecnicismo, por influência norte-americana, que acarretou mudanças na maneira de ensinar e no que ensinar. Ainda nessa década houve um forte incentivo do Estado na produção do livro didático, no entanto, no tocante à publicação de livros didáticos de história local percebe-se um grande incentivo de empresas particulares.

Mesmo que estes livros tenham sido lançados apenas a partir de meados da década, a sua produção sofre toda influência do regime militar ou mesmo dos primeiros momentos de distensão deste. Da forma como ele se impunha, manipulava os olhares e a escrita de livros didáticos. É explícito como indica a forma de retratar a história, procurando sempre exaltar os heróis e os grandes feitos; isso com base na influência da história tradicional, haja vista que esse ambiente daria respaldos que resultariam nessa linha de pensamento, nessa maneira ou forma de pensar e construir a história. Isso acontece devido ser esse discurso que domina a academia e o ensino de história no momento.

Com estes comentários, esperamos ter situado o leitor no momento em que estes livros foram lançados. Agora veremos como foram produzidos e quais as suas intenções, mesmo que brevemente.

Para responder a pergunta difícil e complicada e estabelecer uma possível resposta, recorri às apresentações de algumas das obras que foram lançadas na década de 1970, a exemplo de Carmen Freire, com *História da Paraíba (para uso didático)* (1974) (primeira edição) e Vilma Monteiro com *Pequena História da Paraíba* (1975).

Carmen Freire foi, digamos assim, a pioneira do livro didático de história da Paraíba, com o livro *História da Paraíba (para uso didático)*, que, de acordo com José Leal⁶,

[...] surge no momento exato em que a classe estudantil busca afanosamente nas livrarias o compêndio destinado a ajudá-la na preparação das tarefas dos cursos, com a circunstância de ter sido elaborada por um mestre de largo tirocínio (...) os melhores espíritos da nossa elite intelectual. (FREIRE, 1974, p. 8)

E acrescenta que o livro aparece para “(...) preencher uma lacuna sensível na série de obras didáticas destinadas aos estudantes de nossas unidades educacionais de nível médio (...)” (JOSÉ LEAL, 1974, p. 8).

Uma outra obra, também publicada na década de 1970, foi a de Vilma Monteiro (1975), intitulada *Pequena História da Paraíba*. Nesse período, como deixa explícito Iveraldo Lucena da Costa, no prefácio da obra, a escrita do livro se deu a partir do seu contrato para lecionar na Universidade Federal da Paraíba. Vilma Monteiro percebeu que faltava “(...) um bom texto didático para a escola de 1º e 2º graus tomou a si, sem encomenda, a tarefa de escrever um livro em linguagem simples, objetiva e o mais completo.” (IVERALDO COSTA apud MONTEIRO, 1975, p. 11)

De forma sucinta, o que percebemos é que houve toda uma preocupação com a elaboração de um livro didático, e que essa preocupação com as lacunas existentes sobre a história da Paraíba são bem antigas. A falta de material disponível sobre a temática também, como podemos observar na escrita introdutória da obra de Carmem Freire e como Vilma Monteiro sugere: “(...) A angústia dos alunos, pela dificuldade bibliográfica e o ânimo que me deram seu interesse e estudo, levaram-me a tentar a elaboração de um trabalho didático” (MONTEIRO, 1975, p. 21).

Foram esses os fatores que desencadearam ou estimularam a produção dos primeiros didáticos de história da Paraíba, como pudemos perceber nos trechos

⁶ Prefaciador da obra

anteriormente reproduzidos de *Pequena História da Paraíba* e de *História da Paraíba (para uso didático)*, que compartilham essas ansiedades e sentem falta de obras referentes à história da Paraíba. Se existe uma preocupação em preencher determinadas lacunas ou silêncios é por parte de quem sabe de sua existência e sofre com ela, isso também fez parte das motivações ou angústias das duas autoras.

Os professores e professoras que estão envolvidos diretamente com essa temática é que sentem a necessidade de preenchimento desse vazio, de enfrentar esse silêncio que durante tempos existiu e de certa forma ainda existe sobre a história da Paraíba. Há tempos que se luta, digamos assim, para se ouvir a voz dessa História.

Um outro ponto bastante interessante de se tocar diz respeito ao significado que estas obras tiveram quando publicadas, posto que teriam, mesmo com erros e determinadas lacunas, como observam as próprias autoras, um livro sobre a História da Paraíba, e isto já seria significativo, pois era um ponto de partida, haja vista que estes foram elaborados para colaborar com a falta de materiais que se remetessem à história da Paraíba, mesmo que isso ocorresse de maneira emergencial. Entretanto, esse fato, segundo Vilma Monteiro (1975), não os tornam isentos de “deficiências e falhas informativas”. E para Carmen Freire (1974), os livros não teriam de modo algum, “(...) a pretensão de oferecer um diagnóstico completo da ‘História da Paraíba’, seguem aí alguns ‘signos decifrados’ da nossa história (...)”. Estas autoras entre outras que não foram comentadas, dariam os primeiros passos na produção escrita de didáticos sobre a história da Paraíba.

Iniciemos a caminhada na escrita da História paraibana (como livro didático) com *História da Paraíba (para uso didático)*, de Carmen Freire (1974), obra que teve sua primeira edição em 1974 e que, segundo Fábio Gutemberg R. B. Sousa (2003, p. 9) , “nela percebe-se um claro compromisso com a história tradicional ou monumental”. Ainda nessa década, Vilma Monteiro (1975), com o livro *Pequena História da Paraíba*, em 1975; e Terezinha Pordeus , com o seu livro.

A partir dessas informações pode-se perceber que esse início da produção do livro didático de história da Paraíba ocorre devido às angústias sentidas por estas outras em sala de aula, como professoras que eram, e pelas cobranças dos alunos no que se refere aos materiais didáticos sobre a história da Paraíba.

Na década de 1980 é produzido o livro *Paraíba, conquista, patrimônio e povo*, organizado por José Octávio e Gonzaga Rodrigues (1985),

[...] É uma obra composta por textos e artigos de diversos autores escritos em diferentes épocas. (...) Os organizadores desta coletânea fizeram escolhas de textos, documentos e autores que em muito se aproximam de uma concepção tradicional ou oficial da história da Paraíba, sendo sintomática a publicação da sua primeira edição, financiada pelo governo do Estado, no ano da comemoração do quarto centenário da conquista da Paraíba. (SOUSA, 2003, p. 6)

Livro, este, destinado aos alunos vestibulandos que sentiam necessidade de um material que fornecesse informações sobre a história da Paraíba, isso talvez por já estarem cobrando esse “conteúdo”, digamos assim, em provas de vestibular ou mesmo por fazer parte do currículo escolar da época, como faz hoje em algumas escolas, e em alguns concursos de vestibulares.

Há também, nessa década, o lançamento da obra *História em Quadrinhos*, publicada em 1985. Produzida por Deodato Borges e Deodato Borges Filho e em poucas palavras poderíamos dizer que esta é uma versão da história paraibana que traz um diferencial em relação às obras publicadas anteriormente, pois inova na maneira de contar a história, em forma de gibi ou quadrinhos; é uma nova forma de se ler e estudar a história da Paraíba. Contudo, seu conteúdo segue a mesma linha tradicional, seqüenciada, da história positivista, de nomes e heróis.

Na década de noventa podemos constatar a publicação de três obras, uma é *História da Paraíba: lutas e resistências*, de José Octávio (1994). Este é um dos livros que serão analisados posteriormente. Ele tem uma concepção historiográfica informada pelo diálogo entre a história tradicional e o marxismo. Podemos dizer que “(...) é a obra mais completa com o objetivo didático publicada até o presente sobre a história da Paraíba” (SOUSA, 2003, p. 7).

A outra obra, publicada em fins da década de 1990, é o livro *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*⁷, organizada por Eliete Gurjão e Damião Lima (à época, professores da Universidade Estadual da Paraíba), bastante utilizado por professores do Ensino Médio e Cursinhos Pré-Vestibulares. Este é outro livro que será analisado neste capítulo. Por ser uma coletânea e se tratarem de vários autores é preciso esclarecer que, para a presente análise, foi preciso fazer um recorte, por isto analisamos apenas os cinco primeiros capítulos, escritos por Eliete Gurjão, sobre a Paraíba colonial. A autora trabalha em uma

⁷ Livro este bastante consumido entre os alunos e professores de Ensino Médio e cursinhos Pré-vestibulares de Campina Grande.

perspectiva marxista da história. Por último, temos a Coleção intitulada *História Temática da Paraíba*, organizada por professores do Núcleo de Documentação e História Regional (NDHIR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), publicada em 1999. De acordo com Fábio G. R. B. Sousa (2003),

[...] Com uma perspectiva diversa e também com um grau maior de sofisticação e refino, (...) a coloca entre as publicações também voltadas para o ensino universitário, (...) tem uma especificidade em relação a outros livros e materiais didáticos: é composta por obras temáticas, ou seja, as autoras e autores discutem a história da Paraíba desde o início da colonização, mas o fazem a partir de temas, como o trabalho, as atividades produtivas e econômicas, a questão urbana e a estrutura de poder. A coleção está comprometida com uma concepção materialista da história, que dá um destaque especial ao papel da economia e da luta de classes na sua construção (op. cit., p. 13)

Na década de 2000 tivemos o lançamento de duas obras, uma no ano de 2001, elaborada por Luiz Nunes, *História da Paraíba em verso*⁸ e outra em 2003, *História da Paraíba em quadrinhos*, de Emilson Ribeiro e Emir Ribeiro.

O livro *História da Paraíba em quadrinhos* será também objeto de análise no próximo capítulo. Apesar de usarem as imagens ou mesmo o molde do gibi como inovação ou mudança, esta é visível apenas neste aspecto. Na sua construção, ou melhor, no conteúdo, continua sendo uma leitura tradicional da história, em que se destacam tratados e batalhas, datas e nomes.

Após breve histórico sobre o livro didático de história da Paraíba, é interessante comentar, mesmo que rapidamente, sobre a história da Paraíba como disciplina.

Quando nos remetemos a esta, a situação é mais delicada, pois sabemos que a história local ainda não consta como conteúdo programático obrigatório do currículo de história⁹, isso em se falando das escolas da rede pública, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio, que também não trazem a história local como conteúdo obrigatório, mas que se vêem pressionadas a trabalhá-lo por esse ser exigido nos programas do vestibular¹⁰ das universidades Estadual da Paraíba – UEPB, Federal de Campina Grande - UFCG e Federal da Paraíba – UFPB.

⁸ Originalmente foi publicada no ano do 4º Centenário da Fundação da Paraíba, em 1985.

⁹ Sobre a questão da história regional no currículo e história local, ver: GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construindo um novo currículo de história, pp.81-9. In: NIKITIUK, Sônia. (org.). *Repensando o ensino de História*. São Paulo: Cortez, 2001.

¹⁰ Essa discussão sobre o conteúdo de história e vestibular é realizada em um outro texto de SILVA, Jahelina de Almeida. *Porque se estudar a história local? A ditadura do vestibular no conteúdo de história do Ensino Médio*. Textos didáticos de História – coletânea, 2006- Ano I - vol. I - nº I.

Para trabalhar esse conteúdo, que é adicionado e muitas vezes trabalhado como uma “aula extra”, e não como uma matéria/disciplina, muitos professores têm que procurar catalogar e organizar os poucos materiais referentes à história da Paraíba publicados, pois é o que temos de produção sobre a história do nosso Estado e o que pode ser usado como material didático.

Mesmo alguns desses materiais não tendo sido produzidos diretamente para serem manuseados como material didático, acabam ocupando esse lugar já que é escassa a produção de livros didáticos sobre a Paraíba (e essa falta não é novidade na história do livro didático de história da Paraíba), como podemos constatar com essa amostra, se comparado aos livros didáticos de história do Brasil, por exemplo.

Vejamos agora algumas dessas obras sobre a história da Paraíba. Qual o lugar que cada autora ou autor atribui à Paraíba colonial em suas obras ou textos. Procuramos observar como foi construída a história a partir de sua influência tanto contextual quanto epistemológica, ou seja, analisar a escrita de alguns autores sobre como eles viram e escreveram à luz de teorias que dominavam no momento em que escreviam suas obras; por teorias ou concepções de história que forneciam a base para a construção do seu pensamento, da sua forma de organizar a história que ia sendo tecida.

2.2. Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos

A obra *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*¹¹, organizada por Eliete Gurjão e Damião Lima, como o próprio nome sugere, é composta por textos diversos, mas que tratam de um mesmo objeto: a Paraíba. Recortaremos, para a análise, os cinco primeiros capítulos da obra escritos por Eliete Gurjão¹², que versam sobre a Paraíba colonial.

Essa obra tem sua primeira edição publicada no ano de 1999 pela editora da Universidade Estadual da Paraíba. É um livro didático e tem por objetivo auxiliar professores e alunos no estudo da história da Paraíba. Está na sua terceira edição. Foi formatado em 158 páginas, divididas em 23 capítulos, que são organizados por temáticas que procuram abranger os conteúdos dos programas de vestibular da

¹¹ Ver a imagem da capa em anexo I, imagem I

¹² São eles: 1. Europeus buscam novas terras e mercados; 2. O encontro de dois mundos: da Pré-história à chegada dos europeus; 3. Resistência indígena e dominação do litoral; 4. Resistência indígena e dominação dos sertões; 5. De donos da terra a trabalhadores cativos: a mão-de-obra indígena.

UEPB, UFPB e UFCG. É uma obra que traz em sua capa e contracapa – esta última só na segunda edição - fotos e imagens (únicas fontes visuais disponibilizadas no livro didático) de fatos que remetem à historiografia tradicional da História da Paraíba, como os conquistadores da terra, o Forte de Cabedelo, e também imagens que remetem à escravização do nativo e do negro.

Para compreender as influências que marcaram a autora na produção dos seus textos, investigaremos as influências teórico-metodológicas dessa produção. Dessa forma, foi necessário obter algumas informações para a análise, tais como a formação acadêmica da autora e sua influência teórica, para que assim fosse possível analisar a maneira como ela produz seus escritos sobre a Paraíba no período colonial.

Iniciaremos a análise da obra por uma breve apresentação da autora. No próprio livro teremos algumas informações sobre a sua trajetória acadêmica.

Graduada em história pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba e atualmente é professora da Universidade Estadual da Paraíba, Campus de Guarabira. (GURJÃO, 2001, p. 157).

Há também outras informações sobre Eliete Gurjão em sua obra *Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)*,

Lecionou no Colégio Técnico de Química, colégio Estadual da Prata, Colégio Integrado e EPUC em Campina Grande.[...] além de atividade docente, exerceu a coordenação do Curso de História e desenvolveu atividades de pesquisa. Implantou e coordenou o Setor de Documentação e Informação Histórica Regional em Campina Grande, participando dos projetos; "Fontes para história do Agreste da Borborema", "Arquivos Cartoriais de Campina Grande". Atualmente é membro da Equipe de pesquisadores do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (SEDHIR - UFPB), em João Pessoa, dedicando-se ao estudo de História da Paraíba, especialmente de projetos vinculados à questão agrária (retirado da orelha do livro).

Partindo dessas informações e de outros dados fornecidos por Damião Lima - um dos idealizadores do livro - podemos perceber as premissas que levaram a sua elaboração e como ele surge nesse momento, nesse ano e com essa proposta. Segundo Damião Lima (2005),

A idéia inicial desse livro era montar um curso de história da Paraíba para ser divulgado na rádio universitária. Infelizmente, a rádio não funcionou a contento e os professores que foram escolhidos para elaborar os textos, no caso eu [Damião], Eliete, Santana, Martha e Lea ficamos bastante desapontados, até porque só nos foi comunicado que o programa não iria para o ar quando os textos já estavam prontos.

Passados dois ou três anos, percebemos que os nossos textos estavam sendo copiados e utilizados em várias escolas de segundo grau da cidade, então tivemos a idéia, eu [Damião] e Eliete, de reorganizar o material e publicar. Assim foi feito e lançamos por nossa conta e risco a primeira edição do livro.¹³

Assim, diante do exposto, vemos que nem sempre a idéia de formular um material didático é pensada em forma de livro ou escrita. Aqui teríamos a informação ou a história passada através dos sons, da fala, da rádio, e não do livro e da leitura e debate, como acontece dentro da sala de aula. No entanto, como o próprio Damião Lima nos informa, o projeto não prosperou da forma como havia sido pensado originalmente e terminou sendo feita uma reordenação da idéia para o material ser publicado em forma de livro, como é usado e conhecido hoje por alunos e professores para se estudar a história da Paraíba.

Esta coletânea, mesmo sendo lançada na década de noventa, tem alguns dos seus textos - como é o caso dos textos de Eliete Gurjão - esboçados na década de 1980. Momento este em que o Brasil passa pela redemocratização e o ensino de história passa por uma reformulação curricular, quando surgem novas propostas e concepções sobre o ensino e o papel do educador.

Segundo Selva Fonseca (1995), "(...) não havia mais espaço para aceitação de um 'consenso' forjado, usado para mascarar a imperfeição dos processos de reformas e os limites dados pela burocracia do aparato educacional". O que vai ser proposto, a partir de Minas Gerais¹⁴ e São Paulo para o ensino é uma releitura dos conteúdos tradicionalmente trabalhados em sala de aula. Onde há um repensar dos paradigmas da história que trabalham com a cronologia francesa, que divide a história cronologicamente em Pré-história, Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea e também da visão marxista da evolução dos modos de produção.

Assim, podemos dizer que a década de 80 é uma "década de tensões e criatividade" (FONSECA, 1995, p. 109), pois de um lado o poder burocrático e o vício do autoritarismo limitam o debate sobre o novo e, por outro lado,

¹³ Informações cedidas pelo próprio Damião Lima através de um e-mail.

¹⁴ Estado que traz uma forte contribuição nas discussões sobre o ensino. Suas discussões são avançadas em relação à produção e debates sobre o ensino em outras instituições, por isso já discute questões que parecem tão recentes, na década de 1980.

[...] apesar da reorganização da sociedade civil, extremamente refratário a transformações que exigem uma mudança de mentalidade, que mexem com algumas idéias cristalizadas no social e colocam escola e conhecimentos em novos patamares [...] (op. cit., p. 109).

Retomando à discussão do livro publicado em 1999, Damião Lima nos fornece a seguinte informação sobre os autores e a forma como foram escolhidos: “A escolha dos autores foi baseada na experiência que cada um dispunha sobre a temática. Como todos tinham trabalhado com algum aspecto da história da Paraíba ficou acertado que seríamos nós [Eliete Gurjão, Damião Lima, Martha Lúcia Ribeiro, Leonília Amorim e Maria Santana de Souza]”.

Partindo dessa informação sobre a escolha dos autores e sobre a experiência que cada um possui sobre diferentes temas, períodos ou aspectos da história da Paraíba é que vou destacar, nesta análise, a produção escrita por Eliete Gurjão sobre a Paraíba colonial.

Os textos de Eliete Gurjão que compõem a obra foram elaborados com base nos estudos e pesquisas realizados por ela no decorrer de sua vida acadêmica, produções estas que foram possivelmente re-elaborados, reorganizadas para configurar nessa coletânea. Analisando os capítulos sobre a Paraíba na colônia, percebemos a maneira como Eliete Gurjão concebe a história. Caso o leitor parta dos títulos dos capítulos perceberá claramente o destaque que assumem algumas categorias que serão trabalhadas em cada capítulo. Aqui, destacaríamos dois: “Resistência indígena e dominação do litoral” e “De donos da terra a trabalhadores cativos: a mão-de-obra indígena”. Estes, a nosso ver, tornam evidente o tipo de história, ou melhor, o viés historiográfico que permeará a história contada por esta autora. Percebe-se, a partir da leitura dos textos da obra em análise, uma forte influência marxista que, para Calissi (2004, p. 54), é um “elemento bastante encontrado (...) nos manuais didáticos da década de 80, quando apresentam uma abordagem estruturalista que prioriza, ou tem como ponto de partida, a estrutura econômica para análise social, política e cultural (...)”.

Relacionando a concepção epistemológica que é trabalhada por Eliete Gurjão com a da instituição de ensino na qual foi formada, verificamos a sua permanência nas discussões marxistas e o não avanço para novas discussões (mesmo a obra sendo publicada em 1999), ou seja, nesses textos ela não acompanha os “novos” paradigmas da história, já bastante difundidos na época da publicação do livro. Isto

fica visível nos capítulos que serão analisados mais à frente. Neste período (década de 90) coexistem outras concepções influenciando a escrita da história.

E mesmo que a obra não tenha sido elaborada nessa década¹⁵, percebem-se indícios de influência desta na forma como Eliete Gurjão operacionaliza a escrita dos seus textos, o que já não era mais lugar comum na academia nos fins da década de noventa. Porém, para Munakata (2003), esta era uma tendência que

[...] crescia na passagem dos anos 70 para os 80 entre uma nova geração de autores, que se lançaram à produção de livro didático de História [...] E a linguagem é bastante disponível à época, embora não a única. (op. cit., p. 281)

Na perspectiva de Carlos Fico (1996),

Já era visível, por outro lado, (...) entre os anos de 50 e 60. No entanto, a maioria das pesquisas em história, destas décadas, era factualista e empiricista. Nos anos 70, muitos foram os trabalhos que utilizaram o aparato conceitual do marxismo e, mesmo, muitas temáticas eram indiscutivelmente geradas a partir de reflexões desta natureza [...] (op. cit., p. 191)

Já a década de 90 passa por algumas mudanças significativas com uma maior abertura para se trabalhar com “novos” temas, objetos e novas abordagens.

Os olhares também se diversificam, ampliam-se os horizontes, e isso faz com que os paradigmas tradicionais, predominantes, sejam vistos com um outro olhar, fazendo com que temas que não eram trabalhados pudessem ser também objeto de investigação do historiador, uma vez que na década de 1990 emerge uma diversidade de novos temas e abordagens, que configurariam um alargamento do campo histórico e historiográfico, causando assim um certo distanciamento dos temas clássicos dos anos 80, ou pelo menos era o que se esperava. Começa a haver, nesse momento, uma predominância das tendências ligadas à Nova História, que seria uma das correntes que mais se desenvolveria no país.

Contudo, mesmo vivendo no contexto da crise de paradigmas, última década do século XX, época esta do relativismo, onde o mundo fundado em opostos está sendo questionado, e é questionado, vê-se claramente que toda essa atmosfera de mudanças, rupturas, não abrange a todos, e o trabalho de Eliete é exemplo disso, ou seja, nem sempre o que aparece como discurso, digamos hegemônico, pode ser

¹⁵ Os textos produzidos por Eliete Gurjão foram escritos na década de 1980 e foram publicados apenas na década de 1990.

tomado como base para analisar obras. Devemos sempre observar suas particularidades; nesse caso, o que envolve a obra ou os textos analisados é o fato de ser escrito dentro de um determinado contexto com influências de outrora, ou melhor, é o fato de ser elaborada (os textos de Eliete Gurjão) na década de 80 e ser publicada e conhecida em meados da década de 90, o que faz e traz toda a diferença na maneira de escrever e contar a história da Paraíba.

As crises dos referenciais teóricos também são marcadas pelos movimentos intelectuais do pós-modernismo e do pós-estruturalismo.

O pós-modernismo surge contra o ideário modernista, põe em xeque a crença que se tinha no progresso e na verdade ou objetividades científicas. Filosoficamente, rejeita, desconfia das *grands récits* (grandes receitas) da modernidade, como os modelos explicativos da sociedade ocidental, que acreditava, inquestionavelmente, no devir do progresso desta sociedade, modelos encontrados em Kant, Hegel ou Marx, ou derivados de visões utópicas resultantes da concepção evolucionista, da melhoria das condições sociais da educação e do avanço das ciências. O pós-estruturalismo nasce como contraposição ao estruturalismo francês [...] recusa conceitos como objetividade, realidade e verdade e as metanarrativas [...] celebram o informe, o subjetivo e o espontâneo. [...] Estes dois movimentos tornaram frágeis, desgastadas e abaladas as reconfortantes seguranças da existência da "realidade objetiva", da verdade... Em suma, os historiadores não puderam passar incólumes a tais furacões epistemológicos.[...] (ANDRADE, 2004, p. 6)

E como enfatiza Gervácio Aranha (1997, p. 49):

Afirmar que a preocupação dos novos historiadores é definir as "ambigüidades do mundo simbólico" ou a "pluralidade das possíveis interpretações do mundo", etc encerra uma crítica radical de certos modelos explicativos, tais como o marxismo, haja vista que a idéia de símbolo não estava na ordem do dia para quem se arvorava como estudioso de um "real concreto" ou de um "mundo de concreticidade".

Como já foi exposto, o livro é uma coletânea, da qual analisaremos apenas os capítulos referentes à Paraíba colonial, escritos por Eliete Gurjão. Tomaremos como base inicial o capítulo 1: "Europeus buscam novas terras e mercados". Partindo deste capítulo faremos pontes com os demais para demonstrar a influência teórico-metodológica da autora.

A predominância dos termos referentes ao econômico e social demonstra o viés trabalhado pela autora, como podemos perceber tanto nos títulos dos capítulos, "Europeus buscam novas terras e mercados", "Resistência indígena e dominação do litoral", "Resistência indígena e dominação do sertão" e "De donos da terra a

trabalhadores cativos: a mão-de-obra indígena”, quanto nos textos, no discurso da autora, na sua concepção e forma de olhar a história.

Quando escreve sobre a chegada dos europeus ao Brasil, por exemplo, a autora utiliza termos como mercadorias, mão-de-obra, lucros, despesas, estrutura, entre outros; estes direcionam e já dizem muito a respeito do lugar da fala da autora, como vemos no trecho a seguir.

Tudo começou no século XV com a ganância dos europeus em busca de riquezas. A Europa vinha desenvolvendo o comércio, era esta a atividade, agora, mais importante para o enriquecimento da burguesia e para o fortalecimento dos governos e, portanto, do poder dos países europeus. Mas, havia sérios problemas para que esse comércio continuasse crescendo. Faltavam mercadorias, metais preciosos (utilizados para cunhar moedas), terras férteis e pessoas em quantidade suficiente para trabalhar e produzir mercadorias. (GURJÃO, 2001, p. 12) (grifo nosso)

O uso que a autora faz de categorias econômicas e da relação do social, com a preocupação em mostrar os conflitos existentes entre as classes, facilita o seu enquadramento como uma marxista, e não só por esse capítulo, já que quando tomamos os demais para leitura vemos o quanto é forte a influência do marxismo na sua escrita. No capítulo intitulado “Resistência indígena e dominação do litoral”, podemos observar termos que reforçam a idéia de que Eliete trabalha na perspectiva da história econômico-social:

Os índios que colaboraram com os colonizadores e os que a eles se renderam foram utilizados como mão-de-obra na lavoura, nos engenhos e na construção de obras para a edificação da cidade de Nossa Senhora das Neves (atual cidade de João Pessoa). (GURJÃO, 2001, p. 25-6) (grifo nosso)

Nesse pequeno trecho, vemos que ela lança mão de termos como mão-de-obra e esse termo vai percorrer toda a sua escrita, como por exemplo, quando escreve sobre a relação do cativo nativo e o seu trabalho:

Desde o início da colonização, na área do litoral, assim como nas demais capitanias, os nativos da Paraíba prestaram serviços aos portugueses. Amistosamente, os potiguaras realizavam as tarefas necessárias à extração e embarque do pau-brasil, além de cultivarem alguns produtos de interesse de colonizadores. (GURJÃO, 2001, p. 33)

Verificamos também as freqüentes inferências à relação dominante e dominado, mostrando as posições de determinados segmentos sociais dentro da história da Paraíba e como isto foi importante para a construção dessa história. Acreditamos que estes sejam termos bastante significativos para quem escreve à luz do viés economicista, como é o caso de Eliete Gurjão, como pode ser observado no excerto:

[...] dá pra perceber que eles não se comportavam como preguiçosos, indolentes. Pelo contrário, demonstravam-se muito ativos, resistindo bravamente à conquista de suas terras, e, sobretudo, ao cativoiro. (GURJÃO, 2001, p. 34)

Se observarmos o capítulo quatro “Resistência indígena e dominação dos sertões”, veremos outros conceitos trabalhados pela autora, como indica o próprio título.

A resistência desses índios do interior foi bem organizada. Uniram-se em várias tribos, empenhando-se por longos anos nas lutas armadas que ficaram conhecidas como "Confederação dos Cariris" ou "Levantes dos Tapuias", ou ainda "Guerra dos Bárbaros", como a denominavam nos documentos oficiais. (GURJÃO, 2001, p. 31)

No último capítulo referente ao período colonial, ao qual ela intitula “De donos da terra a trabalhadores cativos: a mão-de-obra indígena” utiliza também no título conceitos que remetem ao tipo de leitura que faz da história, quando faz menção à relação entre donos de terras e trabalhadores, e também sobre a mão-de-obra, como vemos no trecho seguinte:

Vimos que a colonização se fez, acima de tudo, em função dos interesses comerciais de Portugal. Acreditamos que ficou claro, que tratava-se principalmente, de conseguir o máximo de riquezas em mercadorias, de exportá-las e obter lucros e mais lucros, custasse o que custasse. [...] O índio não recebia pagamento em dinheiro pelos serviços realizados. Nem, tampouco, era escravo. Ele trabalhava em troca de diversas mercadorias de seu interesse [...] (GURJÃO, 2001, p. 33-4)

Para analisar esses capítulos foi preciso situar historicamente a autora e suas influências, o que a levou a perceber e escrever a história nessa perspectiva, que tem o econômico tão enfatizado, com termos que remetem tanto à economia como: mão-de-obra, lucro, mercadoria, entre outras.

A partir daí pudemos situar que teoria fornecia base para seus escritos. O contexto também foi importante para entendermos o porquê de mesmo sendo publicado na década de 1990, continuar sendo influenciado pelos autores e referenciais dominantes nos anos 80, como o marxismo.

Essa maneira ou esse olhar sobre a história, a partir do lugar econômico e social, segundo Carlos Fico (2000), entrou em declínio, no Brasil, no final dos anos 1980.

[...] Tal decadência guarda relação, seguramente, com a crise do cientificismo ou, para melhor precisar a questão, com a crise do marxismo, de um lado e da História Serial e Quantitativa, de outro, já eram sentidas nos anos 1980. (op. cit., p. 30).

No entanto, compreendemos que esta posição do autor não pode ser generalizada, pois vemos o marxismo bem presente na escrita da obra em análise. O marxismo pode até ter deixado de ser o centro das discussões, de ser a concepção mais utilizada, porém é base e referência para alguns historiadores e para sua orientação historiográfica, como podemos verificar nos textos da obra em análise e observar nos trechos retirados desta quando retratam, por exemplo, a questão da chegada dos europeus, o domínio dos holandeses, entre outros; neles é visível essa forma de escrever a história.

Desse modo, fica explícito o lugar de fala, suas influências e também o tipo de formação acadêmica que esta autora e os demais autores da coletânea possuem. Assim como também demonstra que o marxismo, não foi sepultada definitivamente, há ainda seguidores dessa corrente historiográfica, que vêem a história através dos aspectos econômicos e sociais.

Essa perspectiva crítica da história, de acordo com Calissi (2004), ocorre fortemente nos livros didáticos da década de 80, que

[...] começaram a indicar uma postura crítica, abandonando gradativamente a história positivista e adotando uma tendência marxista (que seria uma nova maneira de olhar a história), prevalecendo uma crítica social mais aberta e voltada para a liberdade de expressão, evidenciando-se o momento da redemocratização nacional. (op. cit., p. 51-2)

Enfim, temos que considerar que estes textos não foram produzidos na década de 1990, mas sim durante sua vida acadêmica. São, podemos dizer, fragmentos de suas pesquisas; por isso contêm tamanha familiaridade com as

nomenclaturas e conceitos marxistas, têm uma outra maneira de relacionar e escrever a história da Paraíba, não sendo a que predomina no meio acadêmico hoje.

Os livros ou as produções historiográficas da década de 80 se contrapunham à história tradicional, da mesma forma que o que hoje se produz na academia se contrapõe, em grande parte, à teoria marxista da história.

Hoje não há espaço para uma história totalmente política, econômica e social, como era comum naquele período (década de 80), mas sim um entrelace entre umas e outras, haja vista que vivemos numa sociedade multifacetada, que é permeada de vários sentidos e valores; vivenciamos a unidade na diversidade. Daí a não existência de fronteira entre os saberes, que dialogam, se entrecruzam, se compartimentam.

2.3.História da Paraíba: lutas e resistências

O livro didático *História da Paraíba: lutas e resistências*¹⁶ foi elaborado por José Octávio de Mello, ex-professor da Universidade Federal da Paraíba, que tinha o desejo de produzir o livro desde 1976; todavia, isso só foi possível em 1994, quando surgiu sob patrocínio da Secretaria de Educação e do Conselho Estadual de Cultura do Estado da Paraíba, como parte da coleção Biblioteca Paraibana.

A pesquisa desenvolvida por José Octávio de Mello sobre a história da Paraíba resultou no livro: *História da Paraíba: lutas e resistências*, que teve sua primeira publicação no ano de 1994. Foi reimpresso várias vezes, passando por pequenas correções; contudo, não houve alterações visíveis nos textos; apenas a capa sofreu algumas modificações em sua 9ª edição, com um projeto gráfico mais “dinâmico”. Isso ocorreu devido o livro agora está fazendo parte de uma nova coleção lançada pela Editora *A União*, intitulada *Biblioteca Paraibana de Cultura*, no ano de 2002, sendo a sua obra pertencente à Série Histórica, volume 1.

Este material didático relata a história da Paraíba em 280 páginas, divididas em sete capítulos, esses divididos em subtítulos, e ao final de cada capítulo uma Bibliografia Básica e uma Bibliografia Complementar, para ajudar no aprofundamento das leituras sobre as temáticas trabalhadas em cada capítulo. Apesar de ser considerado um livro didático não traz ao longo dos textos e capítulos atividades referentes aos conteúdos desenvolvidos nos mesmos. Quanto às

¹⁶ Ver a capa do livro em anexo I, imagem II

imagens, aparecem apenas na capa e contracapa (da nona edição). São figuras que remetem à estação do trem, há personagens masculinos, femininos e crianças; é um recorte do cotidiano da época em que as estações movimentavam a cidade e as vidas dos que ali viviam. Como o próprio autor sugere, é uma capa mais dinâmica.

É importante ressaltar que, no contexto da década de 1990, a obra de José Octávio de Mello compartilha do momento ou do contexto de publicação do livro *Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*, organizada por Damião Lima e Eliete Gurjão, ou seja, ambos foram lançados nessa década, mesmo que o primeiro em 1994 e o segundo em 1999.

Ambos têm esse traço em comum; entretanto, se distanciam em outros, a começar por seu formato. O primeiro é produção de apenas um autor; o segundo é uma coletânea. Uma outra diferença visível, e essa é para nós a mais consistente, faz referência à influência teórica. Enquanto os autores da coletânea têm influência fortemente marxista, José Octávio de Mello não, ele traz a ambigüidade ou dualidade de influências; não só escreve com os olhos de historiador marxista, como também deixa explícito em vários trechos da obra o seu entusiasmo pela história de tratados e batalhas, a dita história tradicional.

Essa sua inclinação à história tradicional é perceptível, pois no prefácio do seu livro, Armando Souto Maior (prefaciador de sua 1ª edição) nos traz a seguinte informação: “[o livro História da Paraíba: lutas e resistências é] uma descrição cronologicamente ordenada e factual (...)” (MAIOR, 2002, p. 13), e isto se deve ao fato do seu envolvimento direto com historiadores que eram vinculados ao IHGP, e também ao Grupo de estudos José Honório, lugar onde compartilhava opiniões com os companheiros para escritura da história.

Para efeito da análise, tomamos como objeto os três primeiros capítulos da obra, ou seja, aqueles que fazem alusão à Paraíba no período da colônia. A partir deles situamos o lugar teórico do qual José Octávio de Mello escreve, e como ele constrói a sua versão da Paraíba colonial.

Podemos perceber exemplos de ambas as influências teóricas no decorrer da narrativa e nos títulos dos capítulos, pois ele trabalha tanto com conceitos como trabalho, economia, lutas e movimentos sociais, como também utiliza nomes das elites, que compõem a história da Paraíba, se aproximando assim do tipo de história escrita pelos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Essa sua representação da história que comunga com o tradicional e o marxismo sobre a Paraíba é percebida durante toda a escrita do texto, mas vamos nos ater a passagens deste, como quando escreve sobre as origens da Paraíba, no primeiro capítulo, enfatizando os aspectos econômicos e sociais, mas não esquecendo os nomes e datas, como vemos:

[...] Ao norte, a principal capitania veio a ser Pernambuco, onde os canaviais e a administração de Duarte Coelho Pereira garantiram progresso, simbolizando na importância de Olinda, possuidora de engenhos, igrejas e alguma feição urbana, já por volta de 1550. Em Itamaracá, situada entre Pernambuco e a futura Paraíba, a atividade açucareira ensejou o desenvolvimento da vila de Igarassu, dotada de convento e igreja. (MELLO, 2002, p. 25).

Ainda sobre as origens da Paraíba ele vai traçar uma linha do tempo sobre as expedições para a conquista dessas terras que seriam futuramente a capitania da Paraíba. Inicia com o item 1.2. – “Fracassos e êxitos na conquista”:

[...] Entre a criação e o direito da capitania da Paraíba (1574) e sua ocupação de fato (1585), passaram-se onze anos, plenos de lutas. (...) A primeira expedição, e iniciativa do ouvidor geral e provedor-mor da Fazenda, Fernão Silva, em 1575, foi tão violentamente rechaçada pela indianada que seus integrantes fugiram (...) Em face da ameaça francesa ao monopólio do pau-brasil, então principal fonte de renda da Coroa Portuguesa, verificou-se a 1579 a segunda expedição, também malograda. (...) As tentativas de 1580 a 1582 registram a participação de Frutuoso Barbosa, abastado comerciante português de pau-brasil (...) Em 1584, as lutas pela Paraíba registraram a participação dos espanhóis (...) Esse acontecimento ocorrido em 1580, na Europa, explica a atuação, nas peripécias paraibanas de 1584, de dois espanhóis, o almirante Diogo Flores Valdez e o alcaide Francisco Castejon (...) Em 1585, coube a este último (Martim Leitão) organizar expedição para a conquista, somente então consumada [...] (MELLO, 2002, p. 29)

Aqui vemos claramente sua inclinação para a história tradicional, com nomes e datas, com os heróis que conquistaram a terra e ofereceram condições para a construção do que hoje é o Estado da Paraíba.

No entanto, não podemos esquecer da forma como Melo intitula os seus capítulos e subitens, sempre remontando à economia, como podemos perceber no II capítulo - “Consolidação e defesa da terra: as invasões holandesas” - e nos seus subtítulos, a exemplo: “Comércio internacional, mar fechado e mar aberto – os holandeses”.

[...] Afora índios e negros, a população rural, que ultrapassava a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, compreendia lavradores, que plantavam cana para os engenhos, e proprietários rurais, também

senhores de canaviais e escravos. Com isso, o vale do rio Paraíba, entre as futuras cidades de Santa Rita e Pilar, tornou-se zona de monocultura açucareira, responsável pela primeira forma de ocupação da capitania.(...)

Nessa época, a agro-indústria do açúcar coexistia com a criação de gado, da qual, posteriormente, se apartaria. A primeira tratava-se da principal riqueza da capitania e do nascente Nordeste. Neste, as capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba rendiam mais para a coroa portuguesa do que todo comércio com as Índias. (MELLO, 2002, p. 47-8)

Nesse trecho do livro podemos observar de forma não tão explícita a classificação ou separação por classe, pois, apesar de o autor ainda não ter feito uso desse termo, implicitamente percebemos que trabalha a relação de poder entre o dono do escravo (o proprietário de terras) e o escravo e como este traz lucro para a coroa portuguesa.

No III capítulo - “Integração territorial, monopólio e crise do século XVII ao XVIII” - e em alguns dos seus itens, a saber, 3.4. “A resistência indígena – a guerra dos bárbaros” e 3.5. “Economia, vilas e cidades no sertão – uma sociedade violenta”, podemos verificar o uso que o autor faz de termos que remetem ao econômico, demonstrando assim sua inclinação também para a história marxista.

Esta caminha às vezes lado a lado, às vezes entremeada com a tradicional, por isso não é fácil situá-lo, delimitando sua influência. O que observa-se em sua representação sobre a Paraíba é sempre o cruzamento entre a história tradicional e a marxista, o que faz dele um historiador que soube conviver e unir “a velha” história tradicional com a história marxista, ou melhor, soube trabalhar as suas influências e apresentá-las bem ao longo do seu texto, como podemos perceber neste excerto

[...] As lutas políticas e sociais que sacudiram a Paraíba no século XIX cavam raízes no século XVII, quando o açúcar perdeu posição nos mercados internacionais. [...] Desde o início, a liderança da insurreição pertenceu a Amaro Gomes Coutinho e Estevão José Carneiro da Cunha, proprietários e militares. A ambos coube empossar governo Provisório, constituído por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, cuja indicação era de natureza simbólica, e mais Francisco Xavier Monteiro da França, poeta e o primeiro escritor genuinamente paraibano, Antonio Pereira de Albuquerque, eu era padre, Inácio Leopoldo de Albuquerque, e Francisco Jose da Silveira, mineiro, de algum tempo radicado na Paraíba (MELLO, 2002, p. 98-9)

Neste trecho percebe-se a importância que o autor atribui aos nomes das elites, mostrando como ele constrói a trama da história a partir de um determinado segmento social, da posição destes dentro da sociedade, mostrando a “importância”

destes sujeitos para o desenvolvimento da capitania, nas lutas e até mesmo na parte cultural.

Seu diálogo com as influências teóricas tradicional e econômica são perceptíveis, haja vista que se trata primeiramente de uma história factualista e a outra, uma perspectiva materialista ou marxista da história, uma vez que esta se utiliza do método dialético para explicar as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos.

Respaldando-se nessas teorias e seguindo esses, digamos, conceitos teóricos, José Octávio constrói a sua versão sobre a história da Paraíba. Cada autor ou autora tem e teve sua influência teórica dentro de um determinado contexto, e o que temos hoje como o livro *História da Paraíba: lutas e resistências* comprova ou expõe que tipo de formação e qual ou quais foram os caminhos escolhidos pelo autor para traçar as linhas ou escolher a forma que resultaria no que hoje é consumido por diversos alunos, professores, ou mesmos estudantes de concursos, e para saber ou obter informações sobre a Paraíba e sua história: o seu livro.

2.4. História da Paraíba em quadrinhos

O material didático *História da Paraíba em quadrinhos*¹⁷, elaborado por Emilson Ribeiro - o roteirista - e Emir Ribeiro – o desenhista, conta a história paraibana através dos quadrinhos, como o título da obra sugere. Sua primeira edição foi lançada no ano de 2003, pela Velta Edições, de João Pessoa. O livro pode ser descrito como um “gibi histórico”, composto por 100 páginas que retratam a história paraibana. Foi dividido em duas partes, a primeira é denominada “A conquista”, subdividida em 12 capítulos; e a segunda, nomeada de “O desenvolvimento”, contém também 12 capítulos.

Carregado de ilustrações devido seu formato, traz na capa as imagens coloridas de alguns nativos (fortes e corajosos, com aspectos selvagem) e portugueses, na mata, em meio a uma batalha, ambos com seus instrumentos de luta. O nativo está de pé e traz um tacape, já um dos portugueses tem a espada nas mãos e parece está esperando receber o golpe que será desferido pelo nativo. Ao fundo da cena vemos um outro nativo morto a tiros e um português morto com uma flechada; na sua contracapa, também colorida, encontramos imagens que remetem

¹⁷ Ver a capa deste livro em anexo I, imagem III

a dois vilarejos, o primeiro é português, essa identificação é possível devido à presença de uma bandeira com a cruz de malta hasteada em uma das casas, e parece remeter ao litoral, com árvores e coqueiros ao fundo; já a segunda pode estar fazendo alusão ao sertão, traz árvores ao fundo também, mas não fica tão explícita como a primeira.

Esse livro didático traz como inovação a maneira como pode ser trabalhada/desenhada a nossa história. É um gibi que conta a história do Estado. Os autores utilizaram a ferramenta do desenho em todo o livro, porém as imagens trazidas em seu interior estão em preto e branco, o que, de certa forma, quebra um pouco a magia e beleza do gibi tradicional, rico em cores. Entretanto, sabemos que isso encareceria o livro e isso não seria bom, pois há pouco incentivo financeiro para a realização de tais projetos, sendo essa uma das grandes barreiras encontradas para a publicação de materiais sobre a história da Paraíba, como o pouco ou nenhum incentivo dado pelas editoras ou órgãos responsáveis por tal tarefa.

Os autores se utilizam dessa forma de contar histórias como meio de tornar mais atrativo o estudo da história paraibana, que, apesar de tão disseminada na sociedade, muitas vezes encanta jovens. Essa preocupação é clara em virtude de um dos autores ser professor de história¹⁸.

É o próprio Emir Ribeiro (desenhista), que historiciza a criação dessa obra. Segundo ele, esse livro ou projeto como está posto no prefácio “foi iniciado em outubro de 1975, quando começou a sair em formas de tiras diárias em que se contavam as aventuras de Itabira “(...). Através dessas tiras iniciais, começava-se a contar a história da Paraíba, com o texto escrito pelo pai”. (Prefácio da obra)

Esse livro didático, assim como *História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*, de Eliete Gurjão, comungam do processo de elaboração e publicação, poderíamos dizer assim, já que foi um trabalho que teve, como cita o próprio autor, seu projeto iniciado em meados da década de 1970, e que vem a ser publicado apenas na década de 2000. Ou seja, foi preciso duas décadas e meia para que o trabalho fosse colocado à disposição de alunos, professores e demais interessados.

Partindo dessa observação percebemos a discrepância que esta obra, ou a maneira como se relata a história da Paraíba, mantém com as discussões da década de 2000. Verificamos que o autor mantém as discussões e influências da década de

¹⁸ Hoje já se encontra aposentado.

70. A linguagem e a maneira pela qual a história é contada, como pode ser visto em alguns quadrinhos (em anexo), é o que pode ser lido como história tradicional, onde o autor lança mão de datas e nomes das elites, assim como também destaca grandes fatos e heróis, para tecer o fio que constrói a história da Paraíba, ou melhor, elabora os fios que darão ou formarão a sua versão historiográfica sobre a história da Paraíba a partir de sua concepção de história.

Mas antes de adentrarmos na análise da obra propriamente dita, vejamos algumas informações sobre a mesma, através de Pontes da Silva, que é o autor do prefácio:

A História da Paraíba em Quadrinhos nasceu de uma idéia do professor Emilson Ribeiro, que, expôs o assunto ao filho, daí surgindo a publicação em tiras nos jornais da cidade e, depois, nas revistas alternativas Velta, 10-Abafo e Itabira, e em capítulos, a partir de 1978.

A primeira parte dessa história da Paraíba em Quadrinhos saiu publicada em O Norte como patrocínio da Comissão Executiva do IV Centenário da Paraíba, em 1985. Hoje no ano da graça de 2003, sai, pela primeira vez, a primeira edição completa para deleite das gerações mais novas e do povo paraibano, que tão pouco conhecem dos homens e dos fatos que marcaram e marcam a história paraibana recentemente e passada. (Prefácio, p. 1-2)

Emilson Ribeiro, roteirista, na apresentação da obra afirma que

A História da Paraíba em Quadrinhos é um projeto pioneiro e antigo. Todo trabalho teve início em novembro de 1975, com a criação do fictício personagem "Itabira", o qual, lançado em tiras diárias pelo jornal A União, e transmitindo informes históricos reais sobre a Paraíba colonial, suscitou imediatamente a idéia de se partir para algo mais amplo e completo. Isso por que, na qualidade de professor de História, pude perceber o grau de dificuldades dos alunos, na assimilação dos fatos da nossa história, devido a um embasamento deficiente desses estudos, nos primeiros anos das escolas. (Palavras dos Autores, p. 3)

Devemos aqui lembrar que a nossa análise, assim como em *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*, se detém aos capítulos referentes à Paraíba colonial. No livro *História da Paraíba em quadrinhos*, estes estão presentes na primeira parte, intitulada "A conquista".

Mesmo que esta obra traga um outro tipo de linguagem - imagens em quadrinhos – que é uma novidade para o estudo sobre a história do nosso Estado, o roteirista do livro, Emilson Ribeiro, lança mão de uma visão elitista, tradicional e positivista quando escreve sobre a Paraíba colonial, isso pode ser observado na maneira como intitula os capítulos, e mais detidamente nos textos da primeira parte,

que remontam a história colonial, nosso objeto de análise, o qual iremos trabalhar nas próximas páginas. Para tanto, selecionaremos algumas passagens, ou melhor, alguns quadrinhos dos capítulos sobre o período colonial da Paraíba, no intuito de perceber a sua concepção de história.

A princípio tomaremos para análise trechos do capítulo 1: “A capitania de Itamaracá”, quando ele inicia a história do livro com o seguinte texto e imagem: (ver imagem I no anexo II)

Ano de 1532... “Meu leal súdito Martin Afonso: dividirei as terras do Brasil em capitanias... você e seu irmão Pero Lopes receberão alguns lotes...”
Tempos depois, em São Vicente (capitania)... “Pero, meu irmão; os franceses tomaram a feitoria fundada em 1516 por Cristóvão Jacques... na ilha perto do sítio dos Marcos!” (RIBEIRO, 2003, p. 3).

Percebemos aqui a forma como a história se inicia e permanece conduzida por Emilson Ribeiro durante toda narrativa histórica, pautada em datas e nomes que remetem à elite. Assim, através do trecho acima, se percebe que o autor trabalha pautado na visão tradicional, “(...) factual, voltada para os grandes eventos, de uma ‘história tratado-e-batalhas’(...)” (GASPARELLO, 1996, p. 87), de datas, nomes e heróis. Como pode também ser vista no capítulo 3: “O malogro das expedições”, quando vai relatar as várias expedições realizadas para a conquista da terra até a fundação da capitania paraibana, como podemos ver nesse trecho e imagem (ver imagem II no anexo):

Na corte portuguesa... “Majestade, toda a família do coronel Diogo Dias, exceto dois filhos, foi morta pelos índios!”
“Preciso tomar providências!”
O governador geral recebe carta do rei Dom Sebastião...
A Sua Excelência, Governador Geral, Sr. Luiz de Brito:
“De hoje em diante, do Rio Popoca à Baía da Traição fica criada a capitania Real da Paraíba. (...)” (RIBEIRO, 2003, p. 12)

Nos capítulos 4: “A expedição de Valdez” e 5: “A expedição de Martim Leitão” Emilson Ribeiro trabalha mais uma vez as datas e os nomes dos “grandes personagens”, mostrando as batalhas que foram realizadas para que ocorresse a conquista da Paraíba, como vemos neste trecho do texto a seguir (ver imagens II, III e IV em anexo II):

Março de 1584: a armada comandada pelo general Diogo Flores Valdez parte da Bahia para conquistar a Paraíba!... Nesta expedição vai o ouvidor-geral, Martim Leitão...! “... estes nove navios, nossos homens mais

os que reunirmos em Pernambuco... serão suficientes para vencermos o inimigo!" (op. cit., 2003, p. 17)

1585 começa com os Potiguaras cercando ainda o forte... "Fome, doenças matam os soldados... e não podemos mais sair daqui...! Porque esses índios não atacam logo?"

(...) Em Pernambuco, Martim Leitão recruta um enorme exército para ajudar os do forte...

(...) 5 de março de 1585... "Mestre Francisco Barreto... Há uma cerca às margens do Tibiri!... índios com certeza! (...)" (RIBEIRO, 2003, p. 20)

E ainda quando trata, no capítulo 6, sobre a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, reforça a sua visão e concepção tradicional e monumental de história, nos seguintes textos ou quadrinhos (ver imagens V,VI e VII no anexo II):

Julho de 1585: em Olinda, Martim Leitão recebe dois mensageiros tabajaras... "Potiguaras cercaram nossa gente!" "Mandarei socorro imediatamente!"

João Tavares recebeu a missão de ajudar os tabajaras... e parte com um só navio e 20 homens armados! Era a 5ª expedição...!

3 de agosto... "Seu chefe cumpriu a palavra! Os potiguaras fugiram ante seu ataque! O ouvidor oferece paz e ajuda!" (op. cit., 2003, p. 24)

30 de outubro de 1585: todos assistem a missa no local escolhido...!(...)

4 de novembro em frente a Bacia do Rio Sanhauá... "Começaremos a cidade de **Nossa Senhora das Neves** com este forte tão bem projetado, pelo arquiteto Cristóvão Lins!"

"E o mestre Manuel Fernandes poderá cuidar na sua construção!" (op. cit., p. 25)

A partir desses quadrinhos e textos expostos, que tratam sobre a Paraíba colonial, pode-se perceber que a escrita de Emir Ribeiro tem uma forte presença, ou melhor, faz muita referência a nome de grandes heróis, homens, que fizeram parte dos fatos que são usados para formar o que conhecemos sobre a história do nosso Estado. Como ele faz em grande parte do seu texto e também nos capítulos 8: "O governo de Frutuoso Barbosa" e no capítulo 11: "A invasão holandesa", por exemplo, vejamos os trechos (ver imagens VII e I X em anexo II) :

Julho de 1588: Tendo recebido o governo de João Tavares, Frutuoso Barbosa fala com o espanhol Pedro de La Cueva, que intercedeu por ele junto ao Rei! ... "E desde 25 de Janeiro de 1579 que o então D. Henrique concedeu-me provisão... para governar a Paraíba...! E só agora tomo posse! Meus esforços foram então proveitosos!" (RIBEIRO, 2003, p. 30)

1630: o Capitão-Mor Antonio de Albuquerque recebe notícia da invasão Holandesa em Pernambuco... E Matias de Albuquerque, o governador, fugiu de Olinda para o Porto do Recife!

(...) E realmente, a 5 de dezembro de 1631... "São 16 navios com 1.600 holandeses! Desembarcaram ao sul do forte de Cabedelo (*)..."

"Eu sabia! Já pedi ajuda! Chame os capitães Aleixo de Asa, Sebastião de Palácios e João de Xereda! Enfrentaremos os flamengos à caminho do forte!"

(*) Não se trata do forte de Sta. Catarina, que só seria iniciado no governo de João Soares Albegaria (1697/1700) e terminando no de Francisco Pedro Mendonça Gurjão (1729/1734).(op. cit., p. 39)

Como último capítulo da primeira parte do livro relacionado à Conquista, temos o 12, que nos informa sobre a resistência dos nativos em relação aos europeus, onde podemos encontrar traços da maneira como Emir Ribeiro projeta a sua história. Mais uma vez nos deparamos com nomes, datas e fatos que são enaltecidos por outros autores como José Octávio e Eliete Gurjão, por exemplo. No entanto, com algumas diferenças na maneira de relatar.

Vejamos alguns trechos (ver imagem XI em anexo II):

Esvazia-se a cidade...

"Vamos sair da cidade! Esses hereges são muito cruéis!" "Vamos seguir o governador até o arraial de Bom Jesus!"

(...)

A janeiro de 1635...

Então... o governador Sevais Carpentier garante que se o povo jurar lealdade à Holanda terá liberdade religiosa, paz, direito de propriedade e justiça...o documento repercute...

"Se é assim voltarei às minhas terras para trabalhar!"

"Duarte Gomes da Silveira, que é um dos maiores senhores de engenho já aceitou o domínio holandês!"

Depois de restaurar o forte de Cabedelo, Carpentier passa o governo a Ippo Eyssens, em 1636!

Nesta época, a Paraíba produzia o melhor açúcar com seus dezoito engenhos... (RIBEIRO, 2003, p. 43)

Essa parte do livro e da história da conquista acaba com a expulsão dos holandeses das terras paraibana.

Assim, diante do exposto, vemos que apesar das discussões que ocorrem na década de 2000 não estarem mais pautadas em datas e nomes e grandes feitos de heróis, a obra de Emir navega por outros mares. A sua formação acadêmica, assim como o momento em que ele escreveu ou mesmo teve a idéia de produzir um livro que tratasse sobre a Paraíba e o de publicação não é o mesmo, como já foi colocado.

Daí ser importante observar que isso tem uma marcante e decisiva relação na sua maneira ou forma de escrever o roteiro que seria inserido no livro *História da Paraíba em quadrinhos*.

Somos bastante influenciados pelo meio e pela nossa formação acadêmica, portanto, não teria como o autor, que tem sua formação nos anos 70 ou 80, discutir ou perceber a história como ela vem sendo discutida hoje, na década de 2000, com o pós-moderno e suas conseqüentes interrogações, dúvidas e questionamentos.

Trabalhar com a história em migalhas, dos negros, das mulheres, do nativo, do homossexual ou qualquer outro objeto que se pode trabalhar hoje, seria totalmente desconsiderado há 20 anos atrás. Ainda hoje, sabemos, há certas resistências sobre temas discutidos na academia. Diante disso fica aqui apenas uma pequena observação, a de que mesmo que não tenha sido publicado no contexto de sua escritura, o livro de Emir e Emilsom Ribeiro podem ajudar nas discussões que hoje são realizadas, pois todo material didático contribui para a aprendizagem, basta apenas que o professor ou professora saiba utilizá-lo.

Enfim, as obras que foram analisadas anteriormente foram publicadas entre as décadas de 1990 a 2000. Finalizaremos este capítulo fazendo um pequeno comentário a respeito das obras, e para tal propósito nos reportemos a elas: *Estudando História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos* foi publicada em 1999, mas tem nos textos de Eliete Gurjão todo um respaldo marxista, a história é vista do ponto de vista econômico e social, o que também é percebido no livro didático de José Octávio, *História da Paraíba: lutas e resistências*, que é lançado também na década de 1990, no ano de 1994. O autor também trabalha com a perspectiva marxista da história, mas não se atém apenas a essa, utiliza-se também da história tradicional, fazendo, com isso, uma mesclagem em seu texto, ou jogo de idéias e percepções, representações sobre a história da Paraíba colonial.

Dessa última perspectiva ou conceito de história também se utiliza Emir Ribeiro, que é quem escreve os textos do livro *História da Paraíba em quadrinhos*, livro didático, este, lançado em 2002, em que percebemos, ao longo dos quadrinhos e no desenrolar do texto, um enfoque nos nomes, heróis e fatos que são tidos como marcantes, que auxiliam na construção ou representação e tornam mais viva a história da colonização paraibana.

Vemos, assim, que apesar de terem sido pensados e executados em momentos e realidades diferentes, que mesmo tendo partido de propostas e desejos divergentes, em algum ponto eles convergem, se tornam próximos, como é o caso do conceito de história que direcionou a escrita de determinados textos ou livros didáticos, como já vimos anteriormente.

Dessa maneira, podemos tomar o livro de José Octávio como um mediador, não só por ser, entre os três livros, o primeiro a ser lançado, mas também pela sua forma de escrever, produzir ou mesmo representar essa história, já que ele em alguns aspectos historiográficos converge com Eliete Gurjão, quando retrata a história paraibana através do marxismo; como, também, caminha junto com Emir Ribeiro, quando representa a história paraibana com nomes, datas e heróis, fazendo uso da história tradicional, deixando exposto o uso que faz das duas influências historiográficas.

O que vemos aqui, o que fica claro, é que as discussões historiográficas e as influências teóricas nem sempre acompanham as produções acadêmicas ou os envolvidos com o ensino - professores - e, mais que isso, que nem sempre somos envolvidos pelas discussões, digamos, mais atuais. Muitas vezes conservamos opiniões por medo de tentar ver por um ângulo diferente, como aconteceu com José Octávio em 1994, Eliete Gurjão em 1999 e Emir Ribeiro em 2002. Esses são os anos da publicação dos seus respectivos textos, mas não o ano em que estes foram elaborados, pensados.

Muitas vezes a vontade, o desejo e disponibilidade de publicar determinados textos ou livros didáticos esbarram em alguns empecilhos, como a falta de patrocínio, por exemplo. No entanto, com as facilidades encontradas como a internet e o meio eletrônico, hoje é mais viável e palpável que as idéias saiam e acompanhem as tendências historiográficas e não haja uma discrepância tão visível entre o que se discute dentro das universidades e o que é visto e lido por centenas de milhares de alunos e professores.

É preciso preocupar-nos com a distância existente entre o que se discute e estuda dentro das universidades e o que está sendo consumido pelas pessoas que não estabelecem ainda contato com esse universo. Se já é complicado fazer os alunos gostarem da disciplina História, imagine quando se deparam com a linguagem que seria mais assimilada nas décadas de 1980 e 1990.

As discussões do próximo capítulo têm como objetos tanto os livros de História da Paraíba como os de História do Brasil, destes será feita análise, onde procuramos perceber se há relação ou não entre os conteúdos trabalhados nestes materiais, ou seja, faremos uma comparação de conteúdos, como poderá ser visto mais adiante.

3. HISTÓRIA DO BRASIL X HISTÓRIA LOCAL: UMA COMPARAÇÃO DE CONTEÚDOS

Para discussão deste capítulo, tomaremos como objeto de análise e comparação livros didáticos da 1ª série do Ensino Médio de História Geral e/ou História do Brasil, já que escolhemos ou selecionamos o período colonial para ser trabalhado e este faz parte dos conteúdos estudados no Ensino Médio; daí a escolha por livros que tragam história geral e também do Brasil, que serão comparados com livros didáticos de história da Paraíba.

Os livros didáticos de história geral ou do Brasil escolhidos foram o de Francisco de Assis Silva & Pedro Ivo Bastos, *História do Brasil*¹⁹, 1976; Gilberto Cotrim, *História Global: Brasil e Geral*²⁰, 2003; Myriam Becho Mota & Patrícia Ramos Braick, *História das cavernas ao terceiro milênio: volume único*²¹, 1997.

Os critérios utilizados para escolha dos livros foram o ano/década da publicação e trazerem discussões sobre a história do Brasil colonial. Basicamente estes foram os critérios que utilizamos na hora de selecioná-los entre tantos outros livros didáticos, uma vez que um dos aspectos a serem analisados e comparados, além dos conteúdos como o próprio título do capítulo sugere, é a inspiração teórico-metodológica dos autores e autoras destes materiais didáticos.

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento apresentamos os livros didáticos acima referidos, sua estrutura, conteúdo e a concepção teórica ou maneira como este é organizado/escrito no decorrer dos capítulos, apontando que conteúdos sobre o período colonial são trabalhados em cada livro didático; em um segundo momento, faremos a comparação entre os conteúdos trabalhados nestes livros didáticos e nos didáticos *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*, *História da Paraíba em quadrinhos* e *História da Paraíba: lutas e resistências*, que foram analisados no capítulo anterior.

Para finalizar, será feita uma apresentação e/ou comentário acerca dos conteúdos que não convergem entre os livros didáticos de Brasil e os de Paraíba, para que percebamos quais conteúdos deixam de ser trabalhados nos livros de história da Paraíba, já que este é o nosso objeto de estudo.

¹⁹ Ver a capa deste livro em anexo III, imagem I.

²⁰ Ver a capa do livro em anexo III, imagem II.

²¹ Ver a capa deste livro em Anexo III, imagem III.

Passemos agora à apresentação e análise dos livros didáticos selecionados.

Entre os livros didáticos escolhidos para análise, temos *História do Brasil: Colônia, Império e República*, de Francisco de Assis Silva & Pedro Ivo de Assis Bastos, que teve sua primeira impressão publicada em 1982, pela Editora Moderna. Este material didático foi organizado em 20 capítulos, distribuídos em 232 páginas. Como o título nos informa, vai da colônia à república, porém o nosso objeto de estudo se resume à História do período colonial e a discussão deste foi distribuída pelos seis primeiros capítulos do livro, que constitui a Unidade 1, intitulada *Colônia*.

Por ser um livro didático da década de 1980, a sua estrutura não segue os padrões dos livros de história geral e do Brasil que conhecemos e trabalhamos hoje; em alguns aspectos há diferenças, mas há também semelhanças. Aqui apresentaremos a obra, como vínhamos fazendo.

Traz em seus capítulos imagens de grandes personagens, mapas de grandes conquistas e conquistadores e gráficos, tudo isso em preto e branco. Imagem colorida no livro só a que aparece na capa, a de um rosto de um negro e ao fundo uma parede laranja. Há ainda na capa o nome do livro, autores e a série a que se destina, em letras brancas sobre o papel preto.

Na apresentação do livro não fica muito clara a escolha teórico-metodológica feita pelos autores. A grande preocupação, a questão central abordada nesse momento do livro, é fazer com que os alunos entendam melhor sua história, e para eles o objetivo foi alcançado

[...] pelo menos em parte - o bem conceituar com linguagens simples, assimilável, próxima daquele a quem esse livro se dirige, o aluno, este jovem que, em geral, por falta de um preparo educacional voltado para a sua história enquanto política, social e econômica, e pelos falsos conceitos que lhe são impingidos, não a estima, **não percebe o seu dinamismo**, não lhe dá importância. (SILVA & BASTOS, 1976, Apresentação).

Apenas na frase “O homem luta por aquilo que julga importante lutar” aparece, ou é a dica para se perceber o lugar de fala dos autores, que relatam a história colonial a partir da luta do homem pelo seu espaço, sua sobrevivência; uma luta constante entre vencedores e vencidos, dominantes e dominados, uma luta de classes. Dando a perceber, assim, que suas referências teóricas advêm de leituras marxistas, em que as questões e aspectos econômicos e sociais tem papel central, como vai ser comum nos didáticos do final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Diante do exposto, iremos agora percorrer os capítulos da unidade referente à Colônia, para verificarmos não só a concepção teórica na qual se espelham os autores, mas também para observar quais os conteúdos que são trabalhados no decorrer desta unidade. Para isso utilizaremos trechos e passagens do texto.

É interessante observar que na parte destinada à “Introdução” os autores fazem um resumo explicando os acontecimentos ocorridos na Transição da Idade Média para a Moderna, a começar pela transição do feudalismo para o capitalismo, e aí sim deixam visível a escolha que eles fazem para representar a história do Brasil Colônia, quando explicam as etapas do desenvolvimento do capitalismo, explicitando o que é e em que momento aparece o “Pré-capitalismo”, fazendo o mesmo com “Capitalismo Comercial”, “Industrial”, e “Financeiro”.

Num outro item, intitulado “Renascimento Comercial e Urbano”, trabalham os fatores que ajudaram na formação do capitalismo, como as Cruzadas, as rotas comerciais e as origens das cidades medievais, sem esquecer as corporações de ofício. No item “O capitalismo Comercial”, explicam a primeira fase/etapa do capitalismo e como este foi, digamos, o responsável pelo tipo de exploração realizada pelos europeus em suas colônias da América, como veremos no Brasil.

Daí partem para escrever o que seria ou estaria ligado ao início da nossa colonização, com o capítulo: “Portugal e a expansão comercial e marítima europeia”.

Neste capítulo falam sobre os fatores que levaram Portugal a ser o pioneiro na expansão marítima, deixam transparecer o caminho que será percorrido para relatar a história. De acordo com os autores:

A prematura centralização monárquica promovida pela Revolução de Avis e a formação de um poderoso grupo mercantil em Portugal, associadas a uma posição estratégica privilegiada, colocando-se como “ponta de lança” do Atlântico (...).

Com a criação da nova rota comercial **Mediterrâneo-Atlântico-Norte**, Portugal se transformou num importante centro de comércio de especiarias entre cidades italianas – Gênova e Veneza principalmente – e o mar norte, formando-se em Portugal uma forte burguesia nacional.

Foi importante também a ausência de conflitos internos e externos [...] (SILVA & BASTOS, 1976, p. 17).

Esse trecho nos permite fazer a observação de que eles partem dos aspectos econômicos para explicar como estava Portugal e como conseguiu tal feito. Para tanto, foi preciso estar bem economicamente, caso contrário não se teria condições

de fazer tamanhas viagens, empreendimentos, haja vista que tudo isso despendia bastantes recursos, mas não era só isso.

Reforçam a perspectiva da história vista a partir do econômico, quando escrevem sobre “As Classes e a Vida Social”, em um dos itens do capítulo, usando conceitos que nos permitem identificá-los como autores marxistas, como por exemplo, mão-de-obra, classes sociais, atividade econômica, sociedade escravista, entre outros que podem ser observados nos trechos que seguem:

A sociedade brasileira formou-se, desenvolveu-se e modificou-se em função desta ou daquela atividade econômica.

É fácil entender, portanto, que a nossa sociedade nos séculos XVI e XVII, séculos em que a atividade econômica principal era a agricultura (cana, tabaco), com emprego exclusivo da mão-de-obra escrava, teria que se caracterizar por ser uma sociedade **escravista e rural** (agrária), onde o engenho era o centro dinâmico de toda a vida colonial e onde pouca vida urbana era meio prolongamento da vida rural (SILVA & BASTOS, 1972, p. 33).

Além de seu caráter escravista e rural, a sociedade colonial, de modo geral, se caracterizava pelo **Patriarcalismo** e pela existência de duas “classes sociais” opostas: a do **Sr. de Engenho** da casa grande e a do **negro** escravo da senzala (...)

A sociedade Mineira era mais **democrata**. Permitia-se maior mobilidade legal de passagem de uma classe para outra. Era uma sociedade **monetizada e urbana**, onde a posição social do indivíduo dependia da quantidade de dinheiro que possuía, não importando a sua origem, seu credo religioso e a cor de sua pele. (op. cit., p. 34)

É no capítulo “Formação econômica da Colônia” que veremos abertamente a montagem da história feita pelos autores com base no marxismo, para contar-nos como era a economia na Colônia. Iniciam o item “Sistema Colonial” a seguinte citação de Fernando Novais: “[...]O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial, porque é através dele que as colônias preenchem sua função histórica [...]” ; tal perspectiva é reforçada pela seguinte afirmação: “Para compreendermos a formação econômica da colônia temos que enquadrá-la no contexto do Capitalismo Comercial.” (SILVA & BASTOS, 1976, p. 36). A partir daí vão mostrando como a relação Metrópole - Colônia foi responsável pela riqueza de uma e pobreza de outra, como sugerem no trecho a seguir:

A metrópole controlava rigidamente a economia colonial através de um sistema de monopólios. Sendo a Colônia produtora de riquezas, a exploração colonial mantinha a balança favorável de comércio. Esta era a noção de que quanto mais um país exportasse, mais rico seria. Sendo a manufatura mais cara que a matéria-prima, a riqueza se concentrava na metrópole e a Colônia era miserável. Como a economia colonial era voltada

para o mercado externo, exigia uma especialização da produção, tornava a colônia dependente e pobre e provocava uma alta concentração de renda. (SILVA & BASTOS, 1976 p. 37)

No capítulo “A defesa do território”, os autores discutem as presenças francesa, inglesa e holandesa no Brasil, mostrando como estes participaram da história do nosso país no período colonial. Tomaremos como exemplo um trecho sobre a presença holandesa e seus interesses pelas terras do Brasil: “Os holandeses tinham muito interesse no açúcar do Brasil, através de financiamento, transporte, refinação e comercialização. Além disso, mantinham estritas relações comerciais com Portugal” (op. cit., p. 48).

Diante dos trechos e passagens reproduzidos anteriormente, percebe-se que a maneira de escrever, organizar, relatar determinados acontecimentos do período colonial, segue o viés sócio-econômico, ou uma leitura marxista. Não é que eles não toquem em assuntos referentes à cultura ou a outros aspectos; todavia, o que vemos é que a predominância de conceitos econômicos prevalece na obra, e isso nos permite dizer que esse livro didático traz em suas páginas uma versão marxista da história, visão esta comum à época em que os autores tiveram sua formação, pois viviam no contexto do início dos anos 1980 e eram informados por discussões e debates diferentes dos que hoje dominam as universidades, embora essa perspectiva não tenha desaparecido por completo da academia.

O outro livro didático apresentado e analisado é o de Gilberto Cotrim, *História Global: Brasil e Geral*, publicado pela Editora Saraiva, que está em sua 7ª edição, ano de 2003 e na 3ª tiragem, 2005. É composto por 57 capítulos, organizados por unidades, com apêndice, cronologia, já que é um livro produzido para ser utilizado por alunos do Ensino Médio.

Dos cinquenta e sete capítulos, dezenove fazem referência à história do Brasil; sobre o período colonial temos a Unidade: “Brasil Colônia”, que vai do capítulo vinte e um ao vinte e sete.

Ainda sobre a estrutura do livro observamos a capa, que traz imagens coloridas do Coliseu em Roma (Itália), de duas crianças aborígenes australianas usando *laptop*, ou seja, do encontro da tradição com a modernidade; causando o efeito de ver ao fundo o início da história com o Coliseu e a interrogação futura: Como será a convivência entre o moderno e o tradicional? Ou mesmo, até onde

haverá essa interação? Há na capa apenas essas duas imagens, acompanhadas do título do livro e do nome do autor e da editora. Não há imagens em sua contracapa.

É na apresentação do livro que o próprio autor nos fornece informações sobre a sua organização e fala um pouco sobre sua proposta teórica.

Este livro apresenta uma **visão global** da história do Ocidente, incluindo a história do Brasil. Procuramos abranger os processos históricos das sociedades, analisando aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais e incorporando, tanto quanto possível, as contribuições mais recentes da historiografia e do ensino de história. Esperamos transmitir-lhe um referencial teórico que estimule a refletir sobre o fazer histórico e dele participar ativamente (...) (COTRIM, 2003, Apresentação) (grifo nosso)

Com essas palavras ele convida o alunado a refletir sobre a relação passado e presente, e, de acordo com ele, isso é realizado através das atividades propostas, onde os alunos poderão fazer essa analogia através de sua leitura de mundo conjunta com a dos conteúdos trabalhados no livro para, dessa forma, tornar mais vivo o aprendizado.

Ainda na introdução deixa claro que o que há neste livro foi resultado de uma escolha de temas, que deve ser “discutido, ampliado, questionado”. Porém, não é bem por esse caminho que se desenvolvem os textos dos capítulos analisados.

A partir do que ele propôs na apresentação percorremos a Unidade “Brasil Colônia” para observar se há relação entre o que ele se propõe a fazer e o que está em seu texto, e assim também observar os conteúdos trabalhados e a perspectiva teórico-metodológica com a qual trabalha.

A Unidade destinada à história do Brasil colonial está organizada, assim como as demais, da seguinte forma: o título, uma imagem referente ao conteúdo, uma epígrafe, que no caso da unidade em análise são respectivamente uma reprodução do *Terra Brasilis* (mapa do Atlas Muller feito entre 1515 e 1519) e um texto de Laime Megravis como epígrafe. Traz ainda um pequeno texto fazendo a abertura da unidade e um quadro com o título “Investigando”, onde aparecem questões para que o aluno possa avaliar seus conhecimentos prévios sobre o assunto que será desenvolvido naquela unidade, que, de acordo com o livro, pode servir para ser discutido “oralmente com os colegas e professor, para que você se sinta mais motivado a ampliar e aprofundar seu saber” (retirado da parte: Estrutura do livro).

Apresentada a estrutura do livro, passemos à discussão ou análise dos conteúdos, que bem sabemos estão divididos em capítulos. De início temos o

capítulo 21: “Início da colonização”, que traz um pequeno texto apresentando ou comentando o conteúdo do capítulo e oferecendo uma problematização, ou melhor, lançando uma questão para se pensar. Em seguida, temos o texto principal “em linguagem clara e objetiva, em que são desenvolvidos os principais aspectos do processo histórico em estudo” (retirado da parte: Estrutura do livro).

Traz ainda um pequeno quadro com notas explicativas, além de mapas, fotos, gráficos, que muitas vezes são acompanhados por atividades que auxiliarão na leitura da imagem. Têm também quadros monitorando, onde aparecem questões que ajudarão a analisar e interpretar o conteúdo; eles se apresentam como se fossem as atividades.

No final do capítulo tem o quadro “Oficina de História”, com questões para desenvolver no alunado o gosto pelo debate, pesquisa e participação; e ainda os boxes oferecendo sugestões de livros e filmes e algumas questões de vestibular referentes aos conteúdos para serem respondidas; isso é encontrado no final de cada unidade. Enfim, essa é a estrutura do livro, das unidades e capítulos.

Vejamos agora como Gilberto Cotrim escreve sobre o Brasil Colônia, através de seus referenciais teórico-metodológicos. Para tal precisamos conhecer um pouco da história do próprio autor e como foi formada a sua visão da história. É no seu próprio livro que nos fornece uma pequena, mas valiosa informação sobre sua formação, a de que ele é professor graduado pela USP, advogado e mestrando em “Educação, Arte e História da Cultura”, pela Universidade Mackenzie.

Após esta sucinta biografia recorreremos ao texto para identificar passagens que demonstrem a opção teórica do escritor. Quando observamos os títulos dos capítulos e dos itens em que cada um se divide, temos, de certa maneira, a direção que este dará a sua escrita. Como já pode ser percebido no Capítulo 21, “Início da Colonização”, e nos itens do mesmo, estes são os indícios que fazem com que possamos afirmar que ele é um autor tradicional, que trabalha a história sob o prisma das datas e dos nomes, dos grandes heróis e seus feitos, dos grandes acontecimentos, mas que também escreve sob a influência do marxismo, dando uma ênfase aos aspectos econômicos e sociais, como pode ser observado no trecho abaixo do item “As primeiras décadas da América portuguesa”.

Com a descoberta do novo caminho para as Índias, o comércio de especiarias transformou-se em preciosa fonte de riquezas para Portugal. Lisboa, capital desse lucrativo comércio, destacava-se pela agitada vida econômica.

Nessa época, quando as atenções portuguesas estavam voltadas para o comércio oriental, deu-se o “descobrimento” do Brasil.

Após as primeiras expedições, os enviados da Coroa portuguesa perceberam que não seria possível obter no Brasil **lucros fáceis e imediatos**. De início não encontraram jazidas de ouro. Embora houvesse, no litoral, grande quantidade de **pau-brasil**, do qual se extraía tinta corante para tecidos, o lucro gerado pela exploração dessa madeira seria menor do que o então vantajoso comércio e produtos africanos e asiáticos. (COTRIM, 2003, p. 194).

Em um outro item, intitulado “Primeiras expedições ao Brasil”, o que vemos são aspectos da história tradicional, onde ele trabalha a cronologia dos fatos, os nomes das grandes personagens. Vejamos:

- **1501**: expedição comandada por **Gaspar de Lemos** – explorou grande parte do litoral brasileiro e deu nome aos principais acidentes geográficos então encontrados (ilhas, cabos, rios, baías).
- **1503**: expedição comandada por **Gonçalo Coelho** - organizada em função de um contrato assinado entre o Rei de Portugal e um grupo de comerciantes interessados na exploração do pau-brasil, dentre os quais se destacava o rico comerciante Fernão de Noronha.
- **1516 e 1520**: expedições comandadas por **Cristóvão Jacques** - organizadas para tentar deter o contrabando de pau-brasil feito por outros comerciantes europeus, como os franceses, essas duas expedições – chamadas de guarda-costas – não foram bem-sucedidas, devido à grande extensão do nosso litoral. (op. cit., p. 194)

Quando escreve sobre o período de desenvolvimento da “Economia açucareira”, no capítulo 23, segue a mesma estrutura dos demais capítulos. Já no item “Açúcar e escravos: a implantação de um negócio lucrativo”, continua utilizando uma linguagem mais economicista para escrever como se deu o desenvolvimento econômico da colônia, como se pode perceber no seguinte trecho:

[...] Portugal decidiu colonizar o Brasil. Mas, para isso, seria preciso desenvolver uma atividade econômica lucrativa (...). A solução encontrada pelo governo português foi implantar a **produção açucareira** (...).

Em pouco tempo, a produção açucareira acabou superando em importância a atividade extrativa do pau-brasil [...]. (COTRIM, 2003, p. 209)

Continua o texto descrevendo o porquê de o açúcar ter sido escolhido para ser essa atividade econômica a ser desenvolvida. Entre outros motivos, elenca os grandes lucros.

Nesse mesmo capítulo no item “Mão-de-obra: a utilização dos africanos”, utiliza-se de nomenclaturas que fazem parte do mundo mais econômico para retratar esse aspecto da nossa história.

Na etapa inicial da empresa açucareira, o colonizador utilizou-se do trabalho escravo do indígena, considerando que havia encontrado solução relativamente barata e suficiente para atender a necessidade de mão-de-obra. (IDEM, p. 212).

A mão-de-obra africana representou a base das atividades econômicas no Brasil colonial, como a produção de açúcar e a mineração [...] (IDEM, p. 214).

No capítulo 25, “Domínio espanhol e Brasil holandês”, Cotrim inicia o texto contando um pouco da história da União Ibérica e para isso usa nomes e datas, aproximando-se mais da história tradicional; já quando se refere à criação da Companhia das Índias Ocidentais, verifica-se uma explicação mais voltada para o econômico. Observemos no excerto a seguir:

[...] A ocupação do nordeste brasileiro foi planejada pelos dirigentes desta companhia, movidos pela perspectiva de lucros que o açúcar oferecia e pela necessidade de romper o embargo espanhol reativando as rotas comerciais entre algumas possessões (...) Apoderar-se do nordeste brasileiro significava, principalmente, a possibilidade de manter o controle sobre os lucrativos negócios do açúcar e escravos africanos. (COTRIM, 2003, p. 227)

Assim, como pode ser observado no decorrer dos trechos selecionados, a concepção de história de Gilberto Cotrim varia entre a história tradicional e o marxismo, e isso decorre da sua formação acadêmica, já que além de ser professor de história, é também formado em direito, o que lhe permite duas visões diferentes sobre a história. Nesse sentido, ele constrói as narrativas históricas da fusão de conhecimento dessas duas diferentes concepções de história como apresenta em seu livro.

O nosso último objeto de análise nesta parte do capítulo é o livro didático *História, das cavernas ao terceiro milênio*, Volume único, escrito por Patrícia Braick & Myriam Mota (professora do Ensino Superior em Itabira – MG), ambas professoras do Ensino Médio e Pré-Vestibular na cidade de Belo Horizonte, pós-graduadas em História pela FAFI - Belo Horizonte - MG. Publicado pela Editora Moderna, São Paulo, teve sua primeira edição lançada em 1997. O livro contém 632 páginas; é organizado em unidades, dividido em 55 capítulos; traz sugestões de roteiro e lista

de filmes e/ou documentários a serem trabalhados no decorrer de cada capítulo; sugestões bibliográficas, caso o professor queira se aprofundar no conteúdo que será trabalhado. Na primeira página do livro, em um espaço que recebe o título de “Aspectos formais da obra”, nos fornecem informações sobre a estrutura da obra. Assim, temos a informação de que

[...] Cada capítulo inicia-se com um texto cujo tema é contextualizado no tempo e no espaço, contando ainda com documentos de época e comentários de outros autores, de diversas áreas, que estão intimamente ligados ao objetivo de trabalhar a linguagem, a mentalidade e os costumes do momento histórico em referência.

Todos os capítulos apresentam leituras complementares de autores renomados, contendo abordagens diferenciadas. (...)

Os capítulos apresentam títulos não-convencionais que dão margem a ótimas discussões, assim como legendas das figuras, que, em alguns casos, embora se apresentem aparentemente fora da época cronológica, estão inteiramente contextualizadas aos temas abordados.

Ao final dos capítulos são sugeridos alguns exercícios que podem ser trabalhados em sala de aula. (BRAIK & MOTA, 1997, Aspectos formais da obra, p. II).

Nesta parte sobre a estrutura do livro, apenas não fazem referência à questão das imagens que são distribuídas ao longo do livro; tocam na questão da legenda e não da imagem em si, que é um material tão rico e não deixa também de ser um texto, só que de outro tipo – não convencional. Na apresentação, quando faz menção às iconografias, nos informam que foi realizada uma rica pesquisa iconográfica e também de documentos e textos complementares; no entanto, reforçam mais uma vez a questão das legendas quando enfatizam que “(...) As legendas que acompanham as ilustrações acabam servindo como boas sugestões para debate em sala de aula” (BRAIK & MOTA, 1997), porém não dizem o mesmo das iconografias.

Em suas atividades não há, na unidade que analisamos, questões referentes à leitura de imagens; vemos que elas são utilizadas mais como meio de ilustrar o contexto, ou que podem ser trabalhadas questões sobre elas a partir da legenda e não da própria imagem, como podemos observar em outros materiais didáticos.

As imagens não devem ser tomadas como ilustrações, devem servir muito mais como objetos de questionamento sobre o que está representado nela. Mais do que forma de tornar concretas e visíveis determinadas opiniões, ou mesmo reforçar determinados discursos, sabemos que as imagens foram produzidas dentro de um determinado contexto e por uma entre outras tantas possibilidades de visões,

escolhas, fatos, personagens ou momentos a serem retratados. Sabemos ainda que muitas vezes estas imagens foram construídas a partir de desejos, histórias contadas, não trazem e nem poderiam trazer uma única versão sobre o acontecido, já que a história é um caleidoscópio e por isso não se tem apenas uma versão que a estruture, mas várias que a constroem.

Partindo para a apresentação do livro, temos boas pistas de como as autoras se organizaram para escrever este material e também sobre a fundamentação teórico-metodológica que as inspiram.

De acordo com as próprias autoras, a proposta do livro vem baseada em novos instrumentos metodológicos. A partir daí se propuseram a

[...] elaborar uma obra que se deslocasse de uma realidade já construída para outra em construção. Isso é, num mundo de incertezas e crise, a perplexidade diante do legado das questões sociais, étnicas, políticas, culturais, econômicas, enfim éticas torna provisória a história do homem. (BRAIK & MOTA, 1997, Apresentação)

Deixando explícito que vieram não para escrever a história verdadeira ou reforçar uma determinada maneira de perceber a história, mas sim para fazer com que a partir das leituras que foram escolhidas possam ser construídas outras histórias; que esses textos possam ser a base, o ponto de partida para outras leituras e interpretações sobre os fatos ocorridos na história do homem.

E continuam: “Nossa proposta não é tanto discutir o passado no seu tempo histórico, mas o passado sob a luz do presente (...) o passado e o presente estão articulados no desafio da compreensão da História”. (BRAIK & MOTA, 1997, Apresentação)

Essa proposta sobre como estudar história as autoras trabalham na intenção de “(...) polemizar e, por meio da releitura do passado, resgatar os fatos históricos dentro de novas abordagens historiográficas, com ênfase nos aspectos difundidos recentemente nos estudos da História” (BRAIK & MOTA, 1997, Apresentação).

Para isso baseiam-se nas discussões modernas, mas não tão “convencionais”. A leitura do livro didático incita questões, problematiza; não apenas informa como costumamos perceber noutros materiais. O que observamos é muito mais *polemizar*, como sugerem as autoras na Apresentação, que informar necessariamente, havendo assim possibilidades ou abertura para diferentes leituras

da história, deixando de ser uma afirmação para ser pensada a partir de questões como as que são lançadas em todo o livro.

Para a realização do trabalho buscaram se inspirar em autores conhecidos da academia como Eric Hobsbawm, Gilberto Freyre, E. P. Thompson, Sérgio Buarque de Holanda entre outros vários citados pelas autoras. Braick e Mota utilizam outros autores que podem ser vistos ao longo do livro em trechos ou fragmentos de obras “para ilustrar discussões ao longo dos capítulos”. Utilizam também outras literaturas no corpo do texto, o que enriquece as discussões que são sugeridas, já que partem de algo mais próximo do aluno, como fragmentos de artigos de revista, jornais, para fazer relação com o conteúdo que será desenvolvido no decorrer de cada capítulo, fazendo assim o que se propõem na Apresentação, que é trabalhar a história a partir do presente, ou “o passado sob a luz do presente”.

É certo que os autores utilizados como referências são do campo moderno; no entanto, a leitura e o modo como escrevem seus textos, nos dá uma noção mais ampla do que a história vista da perspectiva moderna. Diríamos que há um diálogo entre o moderno e o pós-moderno, não só pelo que está posto nos textos, na maneira como levanta questões, mas acreditamos que também pela formação acadêmica das autoras, já que estas tiveram seus estudos realizados nas academias de Belo Horizonte – MG, e sabemos que estas têm forte e bem visível influência pós-moderna, sobretudo na região sul e sudeste do país.

O livro didático de Braick e Mota está ancorado teoricamente na escola dos Annales, que segundo Peter Burke, foi criada

[...] Logo depois do final da Primeira Guerra Mundial [...] Originalmente chamada de Annales d'histoire économique et sociale de Géographie de Vidal de la Blache, a revista foi planejada desde o início, para ser algo mais que uma revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história [...]²²

As autoras se valem bem da questão interdisciplinar como também de trazerem uma abordagem diferente, uma “renovação”, e isso para Reis

[...] não significa negar tudo que se fazia antes, mas submeter o que se fazia antes a um novo olhar, a novos problemas, novos instrumentos a novos fins. Em linhas gerais, esse rompimento com a tradição pode ser

²² BURK, Peter. A escola dos annales - 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia. 1991 pp. 32-3.

descrito assim: abandonou o pressuposto da história produzida pelo sujeito consciente através do Estado-Nação, recusando a história política, recusando a narrativa [...] recusando a ideologização [...] recusando o evolucionismo [...] recusando a “história museu” [...]²³

Este comentário se aplica em relação as outras obras analisadas, pois Braick e Mota não enfatizam apenas o lado econômico ou tradicional da história como fazem alguns autores/autoras dos livros comentados e dos manuais de História da Paraíba, mas mesclam, trabalhando com a interdisciplinaridade, como pode ser visto nos diferentes capítulos do livro.

Como exemplo, podemos ver a Unidade IV, que é dedicada ao estudo da colonização brasileira, intitulada “É uma casa portuguesa, com certeza!”

Nesta unidade são trabalhados seis capítulos, que retratam a presença européia no Brasil. Dos títulos por elas sugeridos para cada capítulo dessa unidade, como “A primeira experiência de exploração”, e dos seus itens “Revisitando nossas raízes”, “Garantir o direito a um território” e “Caesalpinia Echinata”, podemos perceber que a leitura que estas fazem da história do Brasil colonial passa por uma outra perspectiva que não a tradicional e nem a marxista. Não são apenas os títulos e subtítulos que nos dizem isso, quando fazemos a leitura dos textos, as questões que suscitam, a maneira como escrevem ou conduzem essa leitura nos fazem perceber que há outras histórias que não conhecíamos, mas que é possível perceber. E isso acontece devido à influência teórico-metodológica das autoras, que está baseada nas discussões dos Annales, em que a história é vista a partir de várias perspectivas e não apenas da discussão econômico e social ou dos grandes heróis. Nessa história aparecem os personagens que antes ficavam nos bastidores, aparece a relação passado - presente, etc...

É na escrita dos capítulos que vemos a relação que elas têm com essas discussões. O capítulo 19, “A primeira experiência de exploração”, abre as discussões sobre a primeira exploração no Brasil com o texto: “Revisitando as raízes”, texto esse extraído da revista *Veja*, onde Carlos Diegues dá sua opinião sobre a questão do patrimônio, mostrando as várias faces destes monumentos, ou melhor, o significado da construção destes para diferentes pessoas, como por exemplo, a diferença para quem construiu (os escravos), e para quem as mandou

²³ REIS, José Carlos. Escola dos Annales: A inovação em História. 2000. pp. 66-7.

construir (os proprietários), para demonstrar riquezas, sugerindo a ambivalência ou os diferentes significados dos fatos históricos.

Em seguida, as autoras lançam um pequeno texto onde listam alguns aspectos do Brasil contemporâneo, afirmando que eles vêm do período colonial, e por isso é importante que conheçamos como se deu a ocupação do território brasileiro, para assim entender o porquê dessa situação sócio-econômica tão desigual. Para isso, no item “Garantir o direito a um território”, aonde se irá trabalhar a posse do território que hoje chamamos Brasil, lemos:

[...] A chegada dos portugueses ao Brasil não provocou o mesmo entusiasmo da chegada às Índias, rica em especiarias e artefatos de luxo. Aparentemente nada disso existia na “*terra brasilis*”. Ao contrário, a América portuguesa não apresentou de início, qualquer excedente comercializável em grande escala. [...] Os franceses [...], iniciaram incursões às costas brasileiras, questionando o domínio luso sobre as terras que permaneciam desocupadas. A justificativa jurídica de seu questionamento e de suas ações era o chamado *uti possidetes*, ou seja, o direito de posse. [...] (BRAICK & MOTA, 1997, p. 198)

Depois de localizar historicamente o momento em que se deu a chegada dos europeus, as autoras discutem sobre o primeiro material a ser explorado na colonização, que é *Caesalpinia Echinata*, ou Pau-Brasil, título do item do qual foi retirado esse trecho:

O primeiro empreendimento de exploração econômica ao qual se dedicaram os portugueses foi a extração do pau-brasil (*Caesalpinia Echinata*). As propriedades dessa madeira faziam dela um valioso produto comercial. (...)

A extração do pau-brasil era feita mediante uma concessão da Coroa a particulares. (...)

O **escambo** foi uma das maneiras utilizadas para explorar o trabalho indígena na extração do pau-brasil. Em troca de miçangas, tecidos e roupas, canivetes, facas e outros objetos, os nativos derrubavam as árvores, obtinham as toras e as armazenavam nas feitorias. (...) (BRAICK & MOTA, 1997, p. 198)

Em seguida, fazem uso do texto complementar “A primeira experiência de exploração (1500-1530)”, texto retirado da revista *Globo Ciência*, onde se têm outras informações a respeito dessa árvore tão conhecida na nossa história. Ela deixa de ser apenas material de exploração e passa a ser objeto de discussão científica feita por botânicos e biólogos, fornecendo aos alunos ou leitores a oportunidade de unir os conhecimentos entre as ciências; mostrando, assim, que todo conhecimento é válido, bastando apenas saber fazer a relação com o conteúdo para aproveitá-lo.

Fecham o capítulo com exercícios, que são na verdade questões retiradas de vestibulares. Há ainda a utilização de imagens (aquarela, fotos, alto-relevo) que são usadas ao longo do texto. Os capítulos são curtos, variando entre três a sete páginas.

Essa é a estrutura dos capítulos do livro didático, mas há algumas modificações como, por exemplo, no capítulo 21, “A grande esperança portuguesa”, que abre com um texto do jornal *A Folha de São Paulo*, trazendo informações sobre a contratação do trabalho infantil no corte da cana-de-açúcar e da proibição deste pelo Estatuto da Criança e do Adolescente; uma imagem da exploração do trabalho infantil no corte da cana-de-açúcar, e, em seguida, remete para a questão do lucro do açúcar no Brasil colônia.

Com isso, Braick e Mota introduzem o tema a ser discutido, que é a produção açucareira. Os itens em que dividem o capítulo também são interessantes e remetem ao tipo de história que as autoras se propuseram a construir no seu livro, que é a história polemizada, ou história problema, digamos assim, com itens como “Doce inferno”, “À margem da *Plantation*”; “Os reis do laço” e “As especiarias Ocidentais”; trabalham temas do Brasil Colônia sem esquecer ou deixar de relacionar com os acontecimentos do presente. Neste capítulo foi escolhido um trecho do livro *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, em que ele escreve sobre a região Nordeste. O título do texto é “A grande esperança nordestina” e tem a seguinte introdução:

A história portuguesa no Brasil começou pelo nordeste, onde Portugal retirou incontáveis riquezas. Berço de ostentação e poder, hoje o nordeste vive sob o estigma da miséria e suas conseqüências, legado de um sistema colonial. (BRAICK & MOTA, 1997, p. 215)

Nesse texto Eduardo Galeano fala sobre as heranças deixadas pela colonização e como está o Nordeste na atualidade, fazendo assim com que se perceba que a história está viva e que se a estudarmos saberemos o porquê de tamanha discrepância entre o Centro-Sul e o Nordeste e deixaremos de pensar que sempre fomos “o primo pobre”.

Desta forma, as autoras organizam os demais capítulos que compõem a unidade IV, a saber, “Tempos Flamengos”, “*Da revelação do ouro*” e “*Todo poder ao Pater Familiae*”. Trabalharemos aqui apenas os dois primeiros, que são temas

comuns as duas obras analisadas, ou seja, que também são trabalhados em Braick & Mota e em Gilberto Cotrim, como conteúdos de Brasil colônia.

No capítulo “Tempos Flamengos” temos a questão do domínio holandês, onde é apresentada a história dos holandeses de maneira mais geral e em seguida a vinda destes para o Brasil. Toda essa escrita da história é feita a partir de um outro olhar, diferente da forma como foram elaboradas as narrativas tradicionais de História do Brasil por Cotrim, como vimos, já que Braick e Mota produzem história com base nos Annales, como verificamos na maneira como elas iniciam o capítulo.

Pernambucano ou holandês?

Que relação pode existir entre um holandês e um pernambucano?

Aparentemente, nenhuma. Veja, porém, o texto a seguir:

Parte da história da escravidão no Brasil ainda dorme em arquivos da Holanda, conforme a Folha apurou junto aos estudiosos da ocupação holandesa (1624-1654), Hannedea van Nederveen e Paul Meurs, em Amsterdã.

O arquiteto Paul Meurs (...) disse que “ainda é estranho encontrar aqui, em nossa própria língua, documentos sobre o Brasil, um país tão diferente da Holanda”. Meurs elabora estudo sobre a evolução urbana de Recife e acha que mais historiadores brasileiros devem aprender holandês para ter contato com documentos “desse período curto, mas rico em experiência cultural para os dois países”. (...) (FELINTO, Marilene. Holanda quis “reescravizar” negros. *Folha de S. Paulo*, 12 de novembro de 1995).

A partir do relato desse estudioso holandês, podemos perceber que algumas questões da rica historiografia brasileira não têm merecido a devida atenção dos pesquisadores. Pois bem, esse enredo iniciou-se quando os holandeses se estabeleceram no nordeste brasileiro, na então capitania de Pernambuco, durante a União Ibérica (1580-1640). (BRAICK & MOTA, 1997, p. 219)

Parte desse texto, seguido de uma imagem, é utilizado para discutir sobre a História da Holanda no século XVI; mais adiante, em outro item, escrevem sobre “O Brasil Holandês”, mostrando assim como nos outros livros analisados, as tentativas de conquistas realizadas pelos holandeses na Bahia e em Pernambuco; a presença de Maurício de Nassau e sua contribuição para o desenvolvimento da Capitania de Pernambuco, não só pelo fator econômico, de datas e nomes. Braick e Mota trabalham na perspectiva sócio-econômica e, digamos, cultural, como pode ser observado nesse trecho:

O desempenho militar de Maurício de Nassau foi bastante expressivo (...) Mas é como administrador que seu nome se imortalizou. (...) obrigou os proprietários de terras a cultivar mandioca, na proporção do número de pessoas que teriam de alimentar dentro de seus engenhos. (...) E procurou com habilidade, conciliar os interesses da população muito heterogênea

que convivia no Recife: colonos nascidos no território, portugueses, holandeses, franceses e ingleses, católicos, calvinistas judeus, índios e escravos. [...] (op. cit., p. 222).

É essa maneira de dispor as informações no texto, a forma como nos chegam, que faz a diferença entre este livro didático e os outros analisados. É claro que eles têm pontos em comum, que há fatos e relatos comuns a todos eles, pois já fazem parte de uma tradição na escrita da história do Brasil. São os fatos e marcos “importantes”, que “não se pode deixar de estudar”. No entanto, pudemos observar que, mesmo relatando o mesmo fato, a análise dos três livros didáticos nos permitiu visões e maneiras de apresentar histórias diferentes, com enfoques e destaques para acontecimentos diferentes e às vezes convergentes, fazendo ou não a relação passado e presente.

Não é apenas o uso de novas abordagens que faz a diferença na escrita da história, mas sim saber usá-las para que se tornem mais ricas; algo “interessante” aos olhos daqueles que ainda não se deixaram seduzir pela história, como grande parte dos alunos.

Sabemos que o uso de novas fontes como imagens, textos de jornais, poemas, músicas, pinturas, filmes, literatura, tanto desmistifica o que dizem sobre a história ser apenas “matéria decoreba”, de datas e nomes, como também nos possibilita perceber que não há apenas uma versão a ser contada sobre a mesma, mas sim um leque de versões, de olhares, de posições, e no livro didático de Braick e Mota nós percebemos isso; essa teia que elas montam para que haja uma maior facilidade de entender a história do passado a partir de questões ou problemas vivenciados no presente.

O último capítulo de Mota e Braick, que tem tema comum com as outras obras aqui analisadas, intitula-se “Da revelação do ouro”. Seguindo os mesmos padrões que comentamos anteriormente, elas discorrem sobre o período da mineração e para isso lançam mão de um poema de Carlos Drummond de Andrade – “O trem da história”; a partir daí trazem algumas informações sobre a cidade natal do autor – Itabira, que foi uma cidade de mineração, e daí iniciam-se as discussões sobre esse período tão rico da história. Em seguida, lançam questões para serem pensadas sobre o futuro das cidades que muito já contribuíram para a riqueza do país, isso acompanhado de algumas imagens da cidade de Itabira.

O que podemos observar nesse livro didático é que a influência teórico-metodológica das autoras fica visível, não só na forma como escrevem seu texto, mas reforça-se na forma como construíram e organizaram cada capítulo. A disposição dos textos, os vários fragmentos de outras obras, já mostram que elas têm influência da nova História Francesa; os termos usados, os títulos dos itens e dos capítulos, os questionamentos levantados, o uso das iconografias; suas legendas só robustecem a proposta apresentada no início do livro, a de fazer uma história que fosse polêmica, que fosse pensada a partir do presente, confirmando assim a opção histórica que estas escolheram para relatar a história do Brasil Colônia.

Enfim, depois da apresentação das obras e dos conteúdos nelas trabalhados, faremos um breve comentário a respeito dos conteúdos em comum, trabalhados nas três obras, que apesar de serem escritas por autores e autoras diferentes, em tempos e a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas ou concepções de história, conseguem trazer conteúdos em comum, como por exemplo: início da colonização, administração portuguesa, açúcar, a presença holandesa e Mineração. Contudo, como já foi citado, são escritos em perspectivas diferentes e têm propostas diferentes.

Acreditamos que a razão destes conteúdos serem comuns aos três livros didáticos está relacionada a questões ligadas às propostas curriculares, aos programas de vestibulares, que são, de certa forma, quem ditam o que deve ou não está presente nesses materiais, muito mais do que as escolhas feitas pelos autores e autoras.

Há determinados conteúdos que não podem deixar de ser trabalhados, pois já foram consagrados. Sabe-se que existem regras e normas a serem cumpridas para que um livro didático seja produzido e vendido, para ser consumido pelos alunos e professores; por isso são seguidas, fazendo com que existam mudanças sim, não nos conteúdos propriamente ditos, mas na maneira como eles são trabalhados, na forma de olhá-los, como fazem Braick e Mota. Entretanto, os conteúdos são os mesmos trabalhados por Gilberto Cotrim ou Silva e Bastos, como vimos.

Nesse segundo momento do texto, analisamos de maneira comparativa os conteúdos que são abordados nos livros de história do Brasil e nos de história da Paraíba.

De olho na tabela, fica mais fácil visualizar quais os conteúdos que são trabalhados nos livros didáticos de História do Brasil e Geral e nos de Paraíba. No entanto, cabe-nos um comentário acerca destes.

<i>Estudando História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos.</i> Eliete Gurjão & Damião Lima (orgs.)	<i>História da Paraíba: lutas e resistências.</i> José Octávio	<i>História da Paraíba em quadrinhos.</i> Emir Ribeiro & Emilson Ribeiro	<i>História do Brasil.</i> Francisco de Assis Silva & Pedro Ivo Bastos	<i>História global, Brasil e Geral.</i> Gilberto Cotrim	<i>História das cavernas ao terceiro milênio.</i> Myriam Mota & Patrícia Braick
Europeus buscam novas terras e mercados - Chegada dos europeus			Portugal e a expansão comercial e marítima	Início da Colonização	A primeira experiência de exploração e chegada dos europeus e colonização;
Encontro de dois mundos - Encontro de culturas					E assim começa uma outra história - colonização
Resistência indígena e dominação do litoral - Resistência indígena	Integração territorial, monopólio e crise do século XVII ao XVIII - Resistência indígena	A resistência paraibana			
De donos da terra a trabalhadores cativos: a Mão-de-obra indígena - Trabalho					
O homem seguiu o boi pelos sertões: a pecuária - Conquista e pecuária dos sertões	Integração territorial, monopólio e crise do século XVII ao XVIII - Conquista e pecuária dos sertões		A conquista do território e o rompimento do meridiano de Tordesilhas	Expansão territorial e seus conflitos	
A guerra na terra do açúcar: o domínio holandês - Domínio holandês	Consolidação e defesa da terra - As invasões holandesas - Domínio holandês	A invasão holandesa	Defesa do território - As invasões holandesas	Domínio espanhol e Brasil holandês - As invasões holandesas	Tempos Flamengos - domínio holandês

Uma primeira e digamos elementar observação a ser feita sobre a comparação destes conteúdos trabalhados tanto em história do Brasil como em história da Paraíba, é que devido o objeto de estudo, ou melhor, o enfoque ser diferente, vemos que há convergências entre os conteúdos, mesmo que sejam apenas nos títulos dos capítulos, já que os olhares ou são geral, quando se trata de história do Brasil, ou são específicos, quando se refere à Paraíba. Melhor dizendo, os conteúdos parecem os mesmo só que têm uma abrangência diferente.

Uma outra observação a ser feita remete à concepção teórico-metodológica dos autores e autoras que influenciam na escrita da história. Alguns autores tanto de Brasil como de Paraíba, passam pelo mesmo momento de formação, ou seja, sofrem as mesmas influências teóricas, o que nos permite uma aproximação na linguagem ou maneira como os conteúdos são apresentados para escrever a narrativa histórica, como podemos observar nos textos de Francisco de Assis e no de Elite Gurjão, por exemplo. Eles podem não ter escrito seus textos na mesma época, mas como tiveram uma formação baseada no marxismo, tendem a escrever história de uma maneira parecida, pois usam conceitos e teorias que justificam a construção de tal história dando ênfase aos aspectos econômico e social.

Podemos também observar, na tabela acima, que os conteúdos que são comuns a ambas histórias, como já foram referidos, são os conteúdos que são tidos como importantes, como por exemplo, a chegada dos europeus à América, com destaque para a chegada de Cabral no que viria a ser o Brasil mais tarde. Outro conteúdo que é encontrado em todos os materiais analisados se alude às invasões holandesas; não é que não se refiram à francesa e à inglesa, mas o fato é que há um destaque maior para as holandesas, e isso se explica devido ao fato de as invasões holandesas terem causado maiores mudanças sócio-econômicas no Nordeste, que já foi o centro econômico do Brasil, e como tal deve ser estudado (nesse aspecto) tanto na história do Brasil, como também quando estudamos a história da Paraíba. Os holandeses são responsáveis por mudanças na história paraibana, por esse motivo, são retratados nesses materiais didáticos.

Vejamos também a maneira como estes conteúdos estão dispostos nos livros didáticos. Quando nos referimos à história do Brasil, percebemos em Cotrim e Braick & Mota que a maneira como os conteúdos são abordados, as iconografias utilizadas, as cores, o próprio texto utilizado, são diferentes do que podemos analisar em relação à Paraíba, já que nos didáticos de Paraíba o que vemos, com exceção de

História em quadrinhos (que traz imagens em preto e branco), são apenas textos escritos, sem imagens, desprovidos de outros textos, boxes, cores. Não há ainda a preocupação com os critérios estabelecidos pelo PNLD, em relação aos livros didáticos de Paraíba, como acontece com os de Geral e Brasil, e isso ocorre devido ao investimento que é feito no primeiro, diferentemente do segundo, já que a História da Paraíba é estudada apenas dentro do nosso Estado.

Para finalizar as discussões sobre os conteúdos, voltemos à tabela acima para observar que alguns conteúdos aparecem nos livros, mas não são comuns a todos os livros didáticos, como por exemplo “A Resistência indígena”, que é trabalhada especificamente em um capítulo nos livros de Paraíba, mas que nos de História Geral ou do Brasil não recebem tanta importância, ficando resumido a alguns parágrafos. No entanto, os livros de Brasil trazem capítulos que trabalham a mineração e não vemos esses conteúdos sendo abordados nos livros de Paraíba. Isso ocorre, é claro, devido à mineração ter se dado na região Sudeste do Brasil e não no Nordeste, que é o espaço onde está localizada a Paraíba; daí não ser interessante a inclusão desse conteúdo, mesmo fazendo parte da história colonial.

Enfim, quando observamos a estrutura dos livros didáticos de Brasil e os de Paraíba percebemos grandes diferenças como já foram colocadas no decorrer do texto. Em relação aos conteúdos trabalhados em ambos os materiais didáticos, também observamos convergências e divergências, isso se refere também à influência teórico-metodológica, já que, apesar de escreverem sobre o mesmo recorte temporal, trabalham objetos diferentes, sendo essa talvez a maior discrepância, fora, claro, os investimentos utilizados na publicação e fabricação dos livros de Geral ou Brasil, que os tornam mais ricos não em conteúdos, mas, com certeza, em atratividade.

Assim, podemos perceber, diante dessa comparação, que os livros didáticos trabalham alguns conteúdos em comum, divergindo apenas no enfoque a que lhes é dado, devido seus objetivos não serem os mesmos, já que uns fazem o relato da Paraíba na colônia, escrevendo a história local, e outros os da história do Brasil, fazendo assim uma história mais ampla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático tem sido objeto de vários trabalhos e pesquisas, como pôde ser observado ao longo do texto, o que pode não causar mais tanto interesse aos olhos dos leitores; Todavia, tudo vai depender de como este é manuseado, usado e, principalmente, da questão que será investigada, da sua inquietação, da proposta a ser desenvolvida a partir deste material.

Nesse sentido, acreditamos ter acertado na temática da pesquisa por um motivo básico: ainda há poucas pesquisas sobre o livro didático de história da Paraíba no período colonial e, mais ainda, quando diz respeito a sua relação e comparação com os conteúdos de história do Brasil.

Um ponto interessante e que deve ser comentado aqui, diz respeito à análise comparativa entre os livros didáticos de história do Brasil e os de história da Paraíba, pois verificamos que, mesmo tratando do mesmo período histórico, os autores e autoras fazem um relato diferenciado dos episódios, como se contassem ou relatassem histórias diferentes, acontecidas em um mesmo espaço, uma vez que os enfoques e os aspectos elencados não são os mesmos, pois sabemos que o lugar de fala de cada autor e autora faz com que cada obra tenha, digamos assim, essa característica, de se fazer mostrar a partir do lugar em que esta ou este se encontra, tornando enfático ou não determinadas informações.

E foi a partir dessas análises dos livros e conteúdos que surgiu uma outra interrogação, sobre a qual escrevemos um texto que faz referência ao poder de escolha dos conteúdos, como já foi citado no decorrer do texto. Nele discutimos sobre a ditadura do vestibular na escolha dos conteúdos para o Ensino Médio e como este pode servir de guia para o que deve ser trabalhado em sala.

Quando resolvi pesquisar sobre conteúdos não tinha noção da abrangência que poderia ser estabelecida por esta temática, foi através das pesquisas e leituras sobre este assunto que percebi que poderiam ser trabalhadas tantas outras questões, que possibilitariam outras pesquisas e outras respostas.

Partir da forte influência que a grade curricular exerce no ensino (de maneira mais forte quando remete-se ao Ensino Médio) para pesquisar sobre os conteúdos trabalhados tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio é um bom viés, já que as escolhas e seleções saem de lá para as escolas.

Nesse sentido, uma boa pergunta de início seria: Como é realizada essa seleção? O que faz um conteúdo ser tido como importante e outro não? Até que ponto essa imposição, esse ditame, é cumprido pelo professor em sala? Essas e tantas outras questões tanto podem ser respondidas quanto aprofundadas em trabalhos futuros; ficam aqui apenas para servir de incentivo a quem deseja trabalhar com ensino de História.

É importante esclarecer que as questões que buscamos responder ao longo do texto, na análise dos livros didáticos, poderiam ter sido trabalhadas de uma outra forma, com outras questões e a partir de outras influências teóricas, e que também esta como tantas outras pesquisas são passíveis de um aprofundamento...

Tomando o livro didático como objeto de pesquisa, poderíamos ter escolhido trabalhar com outras de suas facetas, como a leitura e utilização que é feita das imagens nesses materiais; do tipo de atividade que é colocada para o aluno; até que ponto esse auxílio à história deixa de ser meramente decorativo para fazer da matéria/disciplina um suporte que ajude o aluno a desenvolver o senso crítico e reflexivo? Até que ponto os exercícios/atividades reforçam a idéia de que basta decorar para saber história?

Os exercícios/atividades, na verdade, têm o papel de ajudar a apreender; isso significa produzir conhecimento e não apenas revisar conteúdos propostos.

Um outro ponto que gostaríamos de chamar atenção diz respeito à questão da influência teórica e também contextual, como pode ser visto na análise dos textos de Eliete Gurjão, onde se percebe o distanciamento existente entre a sua influência teórica e as discussões realizadas na década em que seus textos são publicados – década de 1990.

Observamos que a sua formação acadêmica falou mais alto e ela não se deixou envolver pelas discussões que a circundavam no momento da publicação dos seus textos/obras. Daí podermos dizer que muitas vezes as produções acadêmicas não acompanham as discussões realizadas na academia, ou melhor, o contexto no qual estes autores e autoras se encontram nem sempre altera a sua forma de conceber e perceber a história. Essa afirmativa causa, de certa maneira, um grande hiato entre o que eles escrevem e como isso vai ser entendido, já que o modo de olhar a história está mudando, pois cada escolha teórica nos permite um novo olhar sobre o mesmo fato histórico, e essa escolha teórica muito tem a ver com o momento em que vivemos.

Enfim, trabalhar com o livro didático, material já tão pesquisado, foi uma escolha arriscada; no entanto, entendemos que há sempre algo a ser dito, a ser pesquisado, aprofundado, com base em determinada influência teórica. Mesmo que já se tenha escrito e pesquisado sobre conteúdos e as suas formas, percebe-se que eles não foram formados do nada; existem sim, mas a partir de toda uma construção historicamente situada, contextualizada, com influência da época em que foram produzidas, e isso permite ter hoje essa variedade de interpretações. Daí também ser possível intuir que o que estudamos, lemos e escrevemos, não é obra do acaso, mas faz parte das escolhas que fazemos.

É das escolhas que surgem os programas e conteúdos e, destes, os assuntos que devem compor um livro didático. Questões como esta devem ser bem lembradas, pois como professores e professoras, nós, constantemente, esbarramos na dura placa de concreto chamada conteúdo programático, impedindo-nos de fazer um trabalho mais amplo e agradável, mais gostoso em relação aos conteúdos, uma vez que muitos nos são impostos.

Para finalizar, gostaríamos de dizer apenas que trabalhar com história da Paraíba suscitou outras tantas indagações que não caberiam ser colocadas neste texto, mas que poderão ser pesquisadas em outros momentos. Mesmo a questão dos conteúdos deve ser aprofundada e revista, pois há sempre algo a ser respondido, uma brecha, uma interrogação, um algo a mais que serve como ponte para uma próxima pesquisa, quem sabe em um mestrado.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Gervácio Batista A nova história: seus problemas e métodos: um dialogo com a antropologia. In: Revista *Raízes*. Campina Grande, 14:47-82, junho de 1997, pp. 48-82.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade nacional e ensino de história do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.) *História na sala de aula*. São Paulo, 2003, pp.185-204.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrépida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História local – 1905-1930*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.

DUSCHATSKY, Silvia & SKILIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: *Habitantes de Babel – Políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, pp. 119-38.

FERNANDES, Irene R. e AMORIM, Laura Helena B. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

FONSECA, Thais Nívea de Lima & SIMAN, Lana de Mara Castro (orgs.). *Inaugurando a História e Construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GONÇALVES, Regina Célia et alii. *Questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

MACEDO, José Rivair. História e livro didático: o ponto de vista de um autor. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alii. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, pp. 289-301.

MEDEIROS, Maria do Céu e MENEZES SÁ, Ariane N. *O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

MELLO, José Octávio A e RODRIGUES, Gonzaga. *Paraíba: conquista, patrimônio e povo*. 2ª edição, João Pessoa: Grafset, 1985.

MUNAKATA, Kazumi. Indagações sobre a história ensinada. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alii. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, pp. 302-13.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (org.). *Contra o consenso: LDB, DCN, PCN e Reformas no Ensino*. João Pessoa: ANPUH – PB/ Sal da Terra, 2000.

SILVA, Jahelina de Almeida. *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano: Espaço construtor de História*. Monografia apresentada no curso de História: UEPB, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. *Dicionários de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 267-61.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. pp. 11-15; 21-35; 111-130.

SILVEIRA, Rossa M. Hessel. 'Olha quem está falando agora!' A escuta das vozes na educação. In: *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*, s/d, pp. 61-83.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et alii. *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPb, 1999.

WASSERMAN, Claudia. O livro didático: aspectos teórico-metodológicos relevantes na sua produção. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alii. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, pp. 249-55.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, Marcos A. da (org). *Repensando a história*. 6. ed. São Paulo: Marco Zero, 1997, pp. 81-91.

ANDRADE, Carmenlúcia Lima de. Análise contextual da obra: Mulheres nos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.) 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997. *Historia das mulheres*. Trabalho apresentado no componente curricular: Historiografia Brasileira, na UEPB. 2004. pp.1-10

ARANHA, Gervácio Batista. *A história renovada: a emergência dos novos paradigmas*. (mimeografado), s/d, pp.1-31.

BALDISSERA, José Alberto. *O livro didático de História: uma visão crítica*. 4. ed. Porto Alegre: EVANGRAF, 1994, pp. 17-39.

BEZZERA, Holien Gonçalves. Ensino de história: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (org.) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 37-48.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, s/d, pp. 139-179; 295-324.

BORGES, Deodato e BORGES FILHO, Deodato. *A história da Paraíba em quadrinhos*. João Pessoa: A União, 1985.

BRAIK, Patrícia Ramos & MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. Volume único. São Paulo: Moderna, 1997.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp.7-37.

_____. A escola dos annales - 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia. 1991. pp. 32-3.

CALISSI, Luciana. Historiografia didática. In: BEHAR, Regina e FLORES, Elio (orgs.) *A formação do historiador: tradições e descobertas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2004, pp.47-61.

CHARTIER, Roger & ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 99-115.

CORREIA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. Caderno Cedes, ano XX, nº 52, novembro, 2000.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2003.

DONATO, Eronides Câmara. As narrativas dos livros didáticos de história e a construção de identidades: o papel (in) formativo da leitura. *Revista Educação em Debate*. Fortaleza, 2002, ano 24, v. 2, nº 44, pp.75-82.

FAVERSANI, Fábio. *Ler e escrever: livros didáticos*. Hêlade, Número especial, 2001, pp. 11-18.

FICO, Carlos. Algumas anotações sobre a historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alli. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, pp. 27-40.

FICO, Carlos. & POLITO, Ronald. A historiografia Brasileira nos últimos 20 anos - Tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (org.) *A história velha: teoria, método e historiografia*. São Paulo: Papius, 1996, pp.189-207.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papius, 1995.

FONSECA, Thais Nívea. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FRANCO, Laura P. B. *O livro didático de história no Brasil: a versão fabricada*. São Paulo: Global, 1982.

FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. *História da Paraíba: para uso didático*. João Pessoa: A União, 1978.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alii. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, pp. 19-40.

GURJÃO, Eliete & LIMA, Damião (orgs.). *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*. Campina Grande: EDUEP, 2001.

GURJÃO, Eliete. *Morte e vida das oligarquias. Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Universitária/UFPb, 1994.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard. *História do pensamento econômico*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LORENZONI, Ionice. Livro didático: 75 anos de História. 27-02-2004

LOWITH, Karl. Marx: a interpretação marxista da história segundo Marx. In: *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, s/d, pp. 43-51.

LOWY, Michael. Marxismo. In: *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998, pp. 95-112.

MELLO, Guiomar Namó de. *O livro didático no sistema de Ensino Público do Brasil*, 21-01-1999, pp.1-7 (artigo).

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, julho de 2004, vol. 24, nº 48.

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. *Pequena História da Paraíba*. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1975.

MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 271-295.

NAPOLITANO, Marcos. Pensando a estranha história sem fim. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula*. São Paulo: 2003, pp. 163- 84.

NIKITIUK, Sônia (org.). *Repensando o ensino de história*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção questões da nossa época. V. 52, pp. 67-76).

NUNES, Luiz. *História da Paraíba em versos*. 2. ed. João Pessoa: Unipê Editora, 2001.

OCTÁVIO, José. *Historia da Paraíba: lutas e resistência*. João Pessoa: A União, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PNLD 2005 – Guia de Livros Didáticos para a Primeira Fase do Ensino Fundamental.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

RIBIRIO, Emilson; RIBEIRO, Emir. *História da Paraíba em quadrinhos*. João Pessoa: Velta, 2003.

SARAIVA, Luis Fernando. Da pesquisa a prova. In: *Revista Nossa História*. Julho de 2005, ano 2, nº 21, pp. 80-2.

SEFFNER, Fernando. Teoria, metodologia e ensino de história. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alli. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, pp. 257-88.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1976.

SILVA, Jahelina de Almeida. Porque se estudar a história local? A ditadura do vestibular no conteúdo de história do Ensino Médio. Textos didáticos de História – coletânea, 2006- Ano I- vol. I- nº I.

SILVA, Marcos A da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SOUSA, Fábio Gutemberg de. *A História da Paraíba no livro didático: um problema e seus desafios*. 6ª Semana de Ensino, Pesquisa, Extensão - UFCG, 2003.

ANEXOS

Anexo I

Imagens das capas dos livros de História da Paraíba:

Imagem I

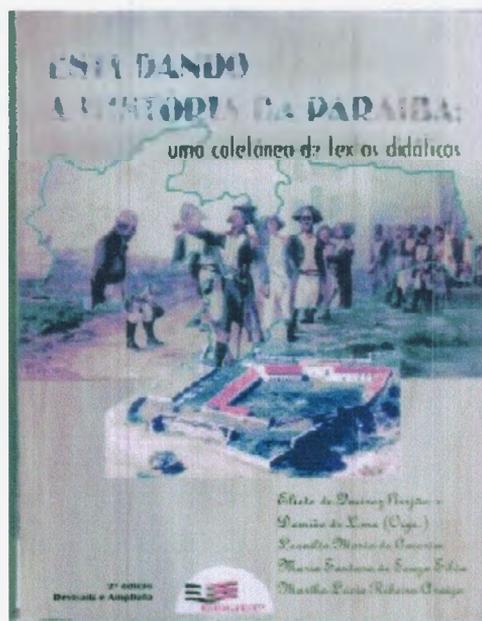


Imagem II

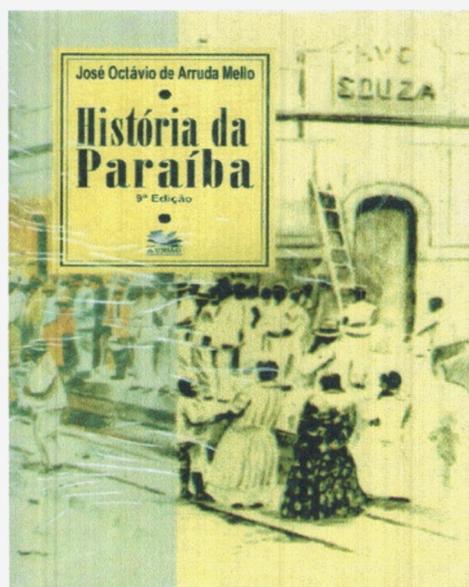
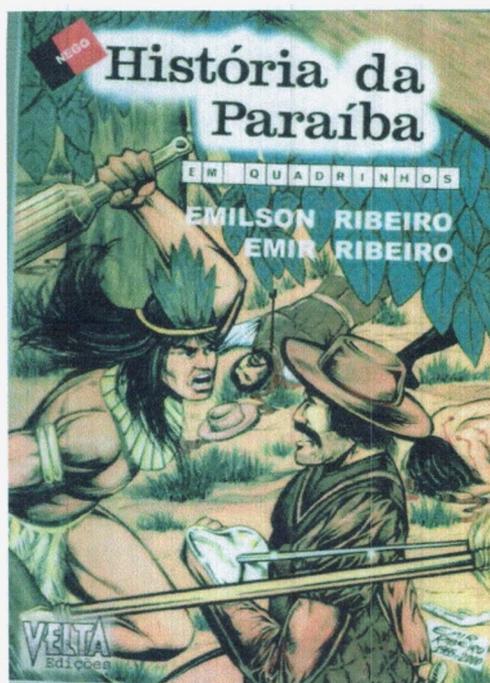


Imagem III



Anexo II

Imagens dos quadrinhos do Livro: História da Paraíba em Quadrinhos.

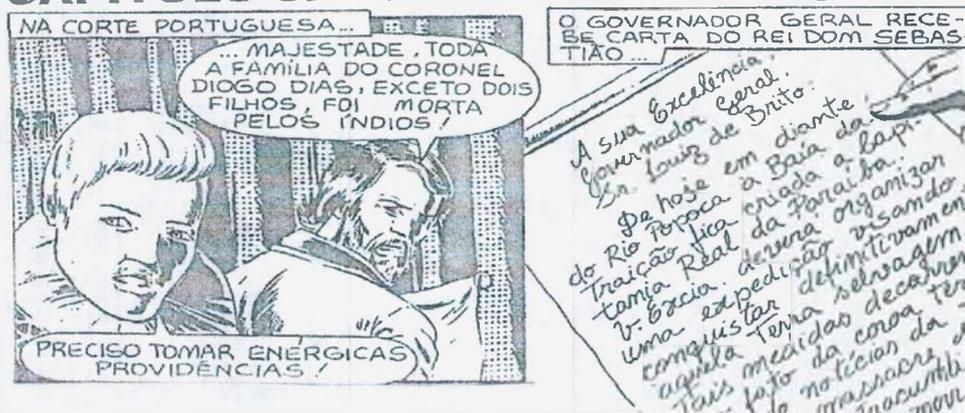
Imagem I

CAPÍTULO 1: A CAPITANIA DE ITAMARACÁ



Imagens II e III

CAPÍTULO 3: O MALOGRO DAS EXPEDIÇÕES



CAPÍTULO 4: A EXPEDIÇÃO DE VALDEZ



Imagens IV, V e VI



PÁGINA 20

CAPÍTULO 6: A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE NOSSA SENHORA DAS NEVES



Imagens VII, VIII e IX

30 DE OUTUBRO DE 1585: TODOS ASSISTEM MISSA NO LOCAL ESCOLHIDO...



CAPÍTULO 8: O GOVERNO DE FRUTUOSO BARBOSA

JULHO DE 1588: TENDO RECEBIDO O GOVERNO DE JOÃO TAVARES, FRUTUOSO BARBOSA FALA COM O ESPANHOL PEDRO DE LA CUEVA, QUE INTERCEDEU POR ELE JUNTO AO REI!



4 DE NOVEMBRO, EM FRENTE A BACIA DO RIO SANHAUÁ...

COMEÇAREMOS A CIDADE DE NOSSA SENHORA DAS NEVES COM ESTE FORTE TÃO BEM PROJETADO, PELO ARQUITETO CRISTOVÃO LINS!

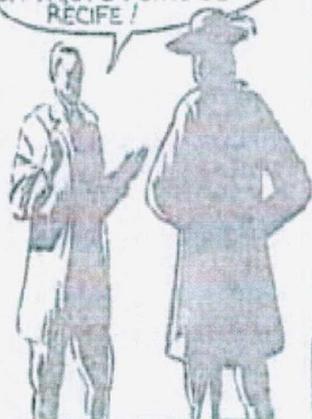


Imagem X

CAPÍTULO 11: A INVASÃO HOLANDESA

1630 O CAPITÃO-MOR ANTONIO DE ALBUQUERQUE RECEBE NOTÍCIA DA INVASÃO HOLANDESA EM PERNAMBUCO...

...E MATIAS DE ALBUQUERQUE, O GOVERNADOR, FUGIU DE OLINDA PARA O PORTO DE RECIFE!



QUE AZAR O DESTE MEU PARENTE... LOGO AGORA QUE SUA CAPITANIA ERA A MAIOR PRODUTORA DE AÇÚCAR!

TOMEMOS PROVIDÊNCIAS! O INIMIGO PODE TENTAR INVADIR A PARAÍBA...

E REALMENTE, A 5 DE DEZEMBRO DE 1631...

SÃO 16 NAVIOS COM 1.600 HOLANDESES! DESEMBARCARAM AO SUL DO FORTÉ DE CABEDELÔ (*)...



EU SABIA! JÁ PEDI AJUDA! CHAME OS CAPITÃES ALEIXO DE ASA, SEBASTIÃO DE PALACIOS E JOÃO DE XEREDA! ENFRENTAREMOS OS FLAMENOS A CAMINHO DO FORTÉ!

(*) NÃO SE TRATA DO FORTÉ DE STA. CATARINA, QUE SÓ SERIA INICIADO NO GOVERNO DE JOÃO SOARES ALBEGARIA (1697 / 1700) E TERMINADO NO DE FRANCISCO PEDRO MENDONÇA GURJÃO (1729 / 1734)!

COMEÇA A MARCHA CONTRA O INIMIGO...



ESTAMOS EM DESVANTAGEM! SOMOS SÓ 600 CONTRA OS 1.600 HOLANDESES ...!

MAS NÓS CONHECEMOS BEM O TERRENO, E ELES NÃO ...!

Imagem XI

CAPÍTULO 12: A RESISTÊNCIA PARAIBANA

ESVAZIA-SE A CIDADE ...



VAMOS SAIR DA CIDADE! ESSES HEREGES SÃO MUITO CRUEIS! VAMOS SEGUIR O GOVERNADOR ATÉ O ARRAIAL DE BOM JESUS!

PELO SANTÍSSIMO SACRAMENTO! DEUS ME LIVRE DESSAS FERAS HOLANDESAS! TAMBÉM VOU PARA O INTERIOR! MENOS MAL FAZEM OS ÍNDIOS POTIGUARAS!

A JANEIRO DE 1635...

... E COM A FUGA DOS MORADORES, A COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS TERÁ UMA CONQUISTA SEM LUCROS!



E TEMOS DE GANHAR A CONFIANÇA DO POVO! REDIGIREI UMA PROCLAMAÇÃO ...

ENTÃO... O GOVERNADOR SERVAIS CARPENTIER GARANTE QUE SE O POVO JURAR LEALDADE À HOLANDA, TERÁ LIBerdade RELIGIOSA, PAZ, DIREITO DE PROPRIEDADE E JUSTIÇA...



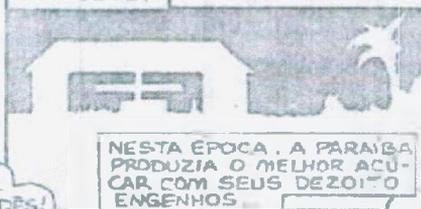
O DOCUMENTO REPERCUTE ...



SE É ASSIM VOLTAREI ÀS MINHAS TERRAS PARA TRABALHAR!

DUARTE GOMES DA SILVEIRA, QUE É UM DOS MAIORES SENHORES DE ENGENHO JÁ ACEITOU O DOMÍNIO HOLANDES!

DEPOIS DE RESTAURAR O FORTE DE CABEDELO, CARPENTIER PASSA O GOVERNO A IPPO EYSSENS, EM 1636!



NESTA ÉPOCA, A PARAÍBA PRODUZIA O MELHOR AÇÚCAR COM SEUS DEZOITO ENGENHOS.

PÁGINA 43

Anexo III

Imagens das capas dos livros de História do Brasil.

Imagem I

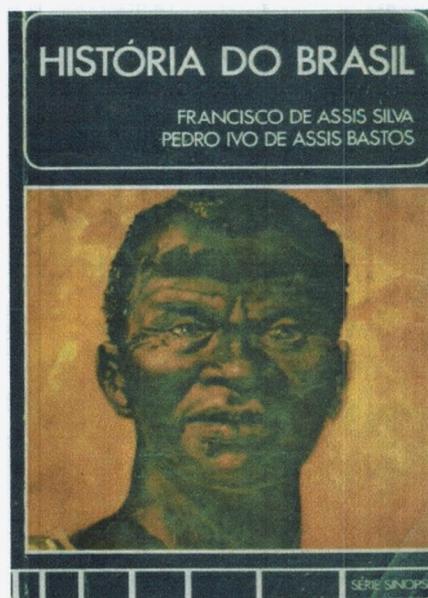


Imagem II

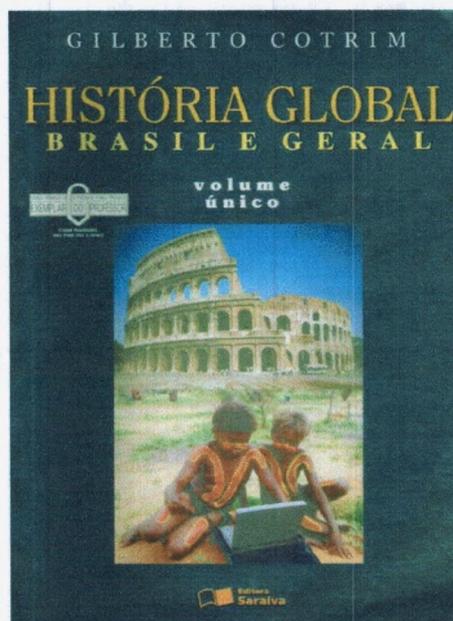


Imagem III

